

APRESENTAÇÃO DO PRODUTO 1 – LABTRANS/MTUR

ESTUDOS E PESQUISAS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DO TRANSPORTE TURÍSTICO NO BRASIL

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



LabTrans

Laboratório de Transportes e Logística

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA CIVIL

A UFSC

FUNDADA EM 1960

POSSUÍ *CAMPI* EM:



Florianópolis



Araranguá



Curitibanos



Joinville



Blumenau

A UFSC

Com cerca de 70 mil pessoas:

- . Docentes
- . Estudantes
- . 5.600 servidores
- . 2.500 professores
- . 3.200 TAEs

Mais de 30 mil estudantes

108 cursos presenciais e 14 EADs

Pós-graduação:

- . 63 mestrados acadêmicos
- . 15 mestrados profissionais
- . 55 doutorados



1998

INÍCIO

LABTRANS/UFSC

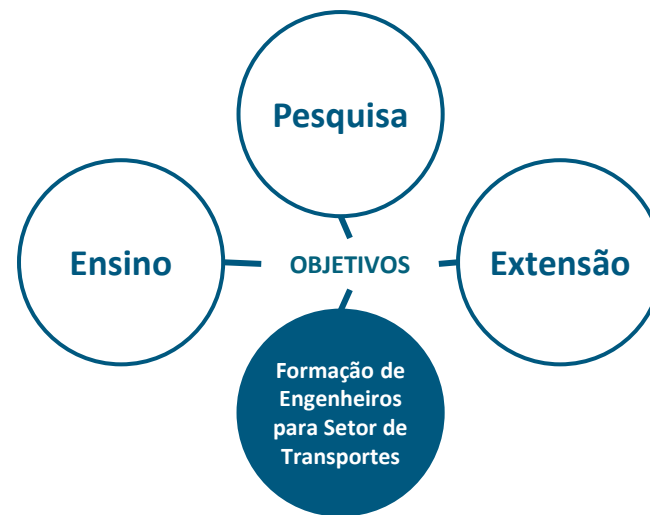
AMIR MATTAR VALENTE

PROFESSOR FUNDADOR E COORDENADOR GERAL



OBJETIVO DO LABTRANS

“Contribuir com a melhoria na qualidade de ensino da graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão no setor de transportes da Universidade Federal de Santa Catarina, formando assim engenheiros e demais profissionais aptos a executar trabalhos de alta complexidade e relevância técnica de acordo com as necessidades do mercado.”



INFRAESTRUTURA



FAPEU - UFSC



Departamento de Eng. Civil - UFSC



FEPESE - UFSC



CEPED - UFSC



Parque Tecnológico Alfa Florianópolis



450



COLABORADORES

CELETISTAS • BOLSISTAS
CONSULTORES • PROFESSORES

A hand holding a pen over a folder, with the word "PARCEIROS" overlaid in white text on a dark blue background.

PARCEIROS

PARCEIROS NACIONAIS



PARCEIROS INTERNACIONAIS



Estados Unidos da
América (EUA)
*Banco Interamericano
de Desenvolvimento
(BID)*



Alemanha
*Mobility Networks Logistics
(DB)*



Holanda
*Erasmus University
Rotterdam*



Suíça
*International Society
for Weigh In Motion
(ISWIM)*



França
*L'Institut français des sciences
et technologies des
transports, de l'aménagement
et des réseaux (IFSTTAR)*



Estados Unidos da
América (EUA)
*Michigan
Technological
University (MTU)*



Holanda
Port of Rotterdam



Estados Unidos da
América (EUA)
*Transportation
Research Board (TRB)*



Espanha
*Universitat de
València*

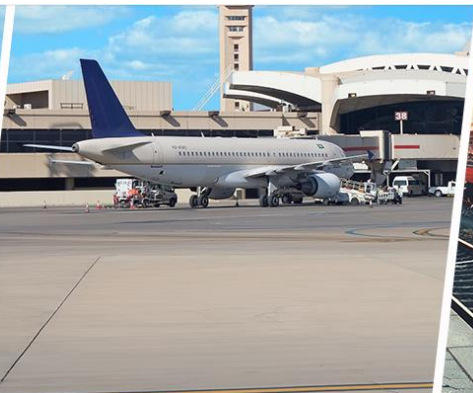


Eslovênia
*Slovenian National
Building and Civil
Engineering Institute
(ZAG)*



ESTUDOS

Áreas de Atuação





UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA



LabTrans
Laboratório de Transportes e Logística

OBRIGADO

Rodolfo Nicolazzi Philippi, Msc. Eng
Rodolfo.labtrans@gmail.com

APRESENTAÇÃO DO PRODUTO 1 – LABTRANS/MTUR

ESTUDOS E PESQUISAS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DO TRANSPORTE TURÍSTICO NO BRASIL

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

OBJETIVOS

- 1 Levantamento bibliográfico e avaliação legislativa**
- 2 Diagnóstico da infraestrutura das 30 rotas
- 3 Desenvolvimento de base georreferenciada
- 4 Diretrizes para políticas públicas
- 5 Programa de integração multimodal
- 6 Programa de conservação e manutenção de rodovias
- 7 Plano diretor de mobilidade e conectividade
- 8 Apoio técnico para capacitação

Início do TED: outubro/2020

Prazo: 24 meses

Encerramento: outubro/2022

Levantamento Bibliográfico e Documental Sobre Legislação Estadual e Federal de Transportes de Passageiros

Avaliação Criteriosa da Atual Situação Legislativa e Regulatória

Caracterização das Informações Existentes de 6 Rotas Turísticas Prioritárias

Considerações Finais

Levantamento de Legislação Estadual Vigente – Transporte Rodoviário de Passageiros:

- Identificação do órgão estadual responsável pela gestão e regulamentação do transporte rodoviário;
- Levantamento de legislações sobre regulamentação de operação e outorga/autorização do transporte rodoviário estadual de passageiros;
- Levantamento de legislações sobre terminais rodoviários, tarifas, fretamento e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) do transporte rodoviário estadual de passageiros;
- Levantamento de outros normativos existentes no transporte rodoviário estadual de passageiros;
- Identificação de legislações estaduais sobre pontos de parada e descanso (PPD) para turistas, ruas completas e consórcio para multimodalidade.

LEGISLAÇÕES: TRANSPORTE RODOVIÁRIO ESTADUAL DE PASSAGEIROS							
UF	Órgão responsável	Operação	Outorga/ Autorização	Terminais rodoviários	Tarifário	Fretamento	ICMS
DF	Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal - SEMOB	Decreto nº 30.584, de 16/07/09	Decreto nº 30.584, de 16/07/09	Portaria nº 107, de 21/12/18	Decreto nº 35.873, de 02/10/14	Decreto nº 35.873, de 02/10/14	Decreto nº 18.955, de 22/12/97
		Decreto nº 39.603, de 28/12/18	Decreto nº 39.603, de 28/12/18	Lei nº 4.566, de 04/05/11	Decreto nº 37.940, de 30/12/16	Instrução DFTRANS nº 12, de 18/01/10	
		Decreto nº 22.695, de 28/01/02	Decreto nº 22.695, de 28/01/02	Decreto nº 39.603, de 28/12/18	Decreto nº 22.695, de 28/01/02		
		Decreto nº 35.873, de 02/10/14			Decreto nº 35.293, de 02/04/14		
					Decreto nº 30.584, de 16/07/09		

Levantamento de Legislação Federal Vigente – Transporte Rodoviário de Passageiros

Modos de Transportes: Aeroviário, Aquaviário, Ferroviário e Rodoviário

- Condições de exploração (Regulação, Operação, Transporte Internacional);
- Política Tarifária;
- Procedimentos de Outorga;
- Regulamentos de Infraestrutura (Terminais).

Modo de Transporte	Área Temática	Legislação
Aeroviário	Condições de Exploração (Regulação + Operação + Internacional)	Lei nº 5.862, de 12/12/1972
		Lei nº 7.565, de 19/12/1986
		Lei nº 11.182, de 27/09/2005
		Lei nº 13.475, de 28/08/2017
		Lei nº 13.842, de 17/06/2019
		Lei nº 14.034, de 05/08/2020
		Decreto nº 21.713, de 27/08/1946
		Decreto nº 65.144, de 12/09/1969
		Decreto nº 72.753, de 06/09/1973
		Decreto nº 3.564, de 17/08/2000
		Decreto nº 5.910, de 27/09/2006
		Decreto nº 6.780, de 18/02/2009
		Resolução CONAC nº 007, de 20/07/2007
		Resolução ANAC nº 400, de 13/12/2016
		Política Tarifária
	Lei nº 7.920, de 12/12/1989	
	Lei nº 13.319, de 25/07/2016	
	Procedimentos de Outorga	Lei nº 7.565, de 19/12/1986
		Lei nº 8.987, de 29/06/1995
		Lei nº 13.842, de 17/06/2019
		Decreto nº 7.624, de 22/11/2011
	Regulamentos de Infraestrutura (Terminais)	Decreto nº 6.780, de 18/02/2009

Modo de Transporte	Área Temática	Legislação
Aquaviário	Condições de Exploração (Regulação + Operação + Internacional)	Lei nº 7.652, de 03/02/1988
		Lei nº 9.432, de 08/01/1997
		Lei nº 9.537, de 11/12/1997
		Lei nº 10.233, de 05/06/2001
		Lei nº 12.815, de 05/06/2013
		Lei nº 14.047, de 24/08/2020
		Decreto nº 1.265, de 11/10/1994
		Decreto nº 2.256, de 17/06/1997
		Decreto nº 2.596, de 18/05/1998
		Decreto nº 8.033, de 27/06/2013
		Decreto nº 9.048, de 10/05/2017
		Resolução ANTAQ nº 3.066, de 18/09/2013
		Resolução ANTAQ nº 3.274, de 06/02/2014
		Resolução ANTAQ nº 3.290, de 13/02/2014
		Resolução ANTAQ nº 3.585, de 18/08/2014
	Procedimentos de Outorga	Resolução ANTAQ nº 7.653, de 31/03/2020
		Resolução normativa nº 20, de 15/05/2018
		Lei nº 10.233, de 05/06/2001
		Resolução ANTAQ nº 3.066, de 18/09/2013
		Resolução ANTAQ nº 3.290, de 13/02/2014
		Resolução normativa nº 20, de 15/05/2018

Modo de Transporte	Área Temática	Legislação
Ferroviário	Condições de Exploração (Regulação + Operação + Internacional)	Lei nº 5.917, de 10/09/1973
		Lei nº 6.171, de 09/12/1974
		Lei nº 10.233, de 05/06/2001
		Lei nº 11.483, de 31/05/2007
		Lei nº 11.772, de 17/09/2008
		Lei nº 12.379, de 06/01/2011
		Lei nº 12.743, de 19/12/2012
		Lei nº 13.448, de 05/06/2017
		Lei nº 13.844, de 18/06/2019
		Decreto nº 1.832, de 04/03/1996
		Decreto nº 1.945, de 28/06/1996
		Decreto nº 8.129, de 23/10/2013
		Decreto nº 8.134, de 28/10/2013
		Decreto nº 10.161, de 09/12/2019
		Resolução ANTT nº 359, de 26/11/2003
		Resolução ANTT nº 490, de 31/03/2004
		Resolução ANTT nº 2.305, de 26/09/2007
		Resolução ANTT nº 3.000, de 28/01/2009
	Resolução ANTT nº 3.695, de 14/07/2011	
	Resolução ANTT nº 5.888, de 12/05/2020	
Procedimentos de Outorga	Lei nº 10.233, de 05/06/2001	
	Decreto nº 8.129, de 23/10/2013	

Modo de Transporte	Área Temática	Legislação
Rodoviário	Condições de Exploração (Regulação + Operação + Internacional)	Lei nº 9.611, de 19/02/1988
		Lei nº 10.233, de 05/06/2001
		Lei nº 12.996, de 18/06/2014
		Decreto nº 2.521, de 20/03/1998
		Decreto nº 8.083, de 26/08/2013
		Decreto nº 10.157, de 04/12/2019
		Resolução ANTT nº 1.971, de 25/04/2007
		Resolução ANTT nº 4.499, de 28/11/2014
		Resolução ANTT nº 4.777, de 06/07/2015
		Resolução ANTT nº 4.936, de 19/11/2015
		Resolução ANTT nº 5.888, de 12/05/2020
		Política Tarifária
	Lei nº 10.233, de 05/06/2001	
	Decreto nº 2.521, de 20/03/1998	
	Procedimentos de Outorga	Lei nº 8.987, de 13/02/1995
		Lei nº 10.233, de 05/06/2001
		Decreto nº 2.521, de 20/03/1998
		Resolução ANTT nº 1.971, de 25/04/2007
	Resolução ANTT nº 4.777, de 06/07/2015	
	Regulamentos de Infraestrutura (Terminais)	Lei nº 10.233, de 05/06/2001
Decreto nº 2.521, de 20/03/1998		

- ✓ Lei 11.771, 17/09/2008 – Política Nacional de Turismo (define atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico)

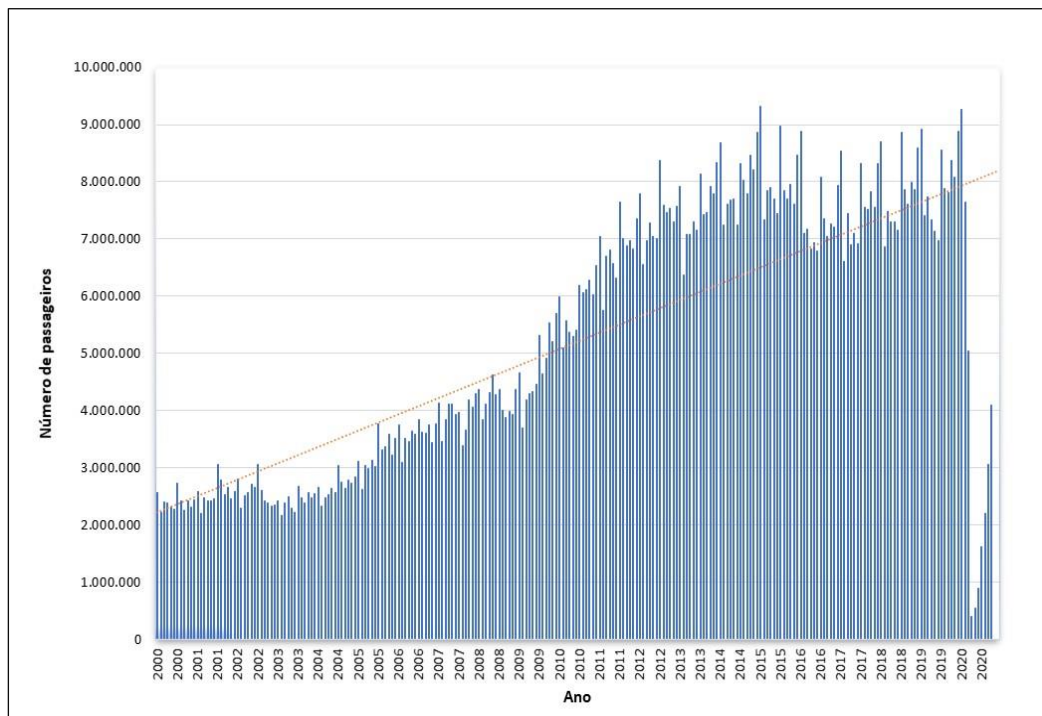
Cabe ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional

✓ Contextualização do Setor

Aeroviário

Mercado doméstico cresceu aproximadamente
4 x nos últimos 20 anos

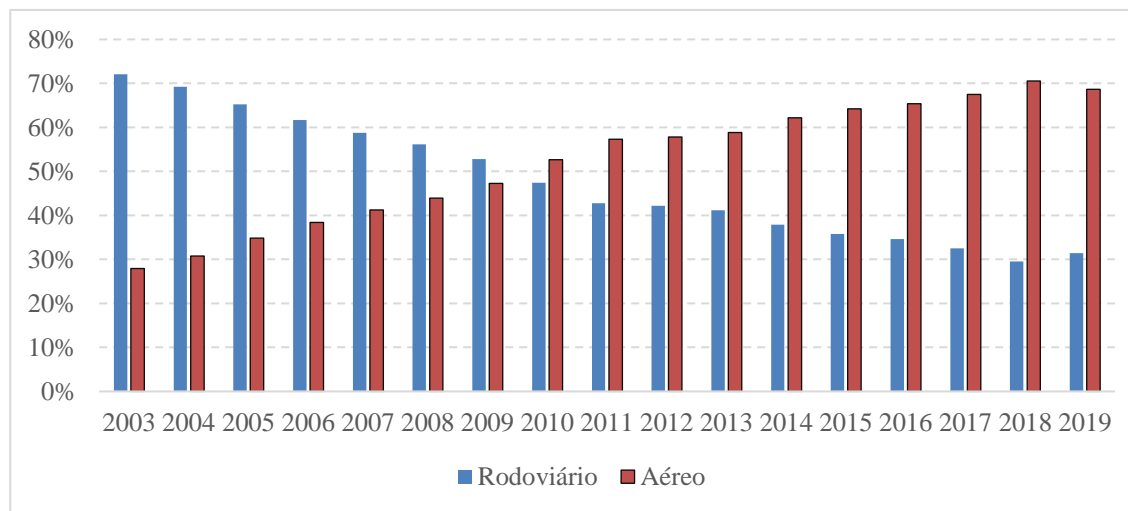
Número de passageiros pagos em voos domésticos nos últimos 20 anos



✓ Contextualização do Setor Aeroviário

Participação no Transporte Interestadual Regular de Passageiros

Aéreo x Rodoviário

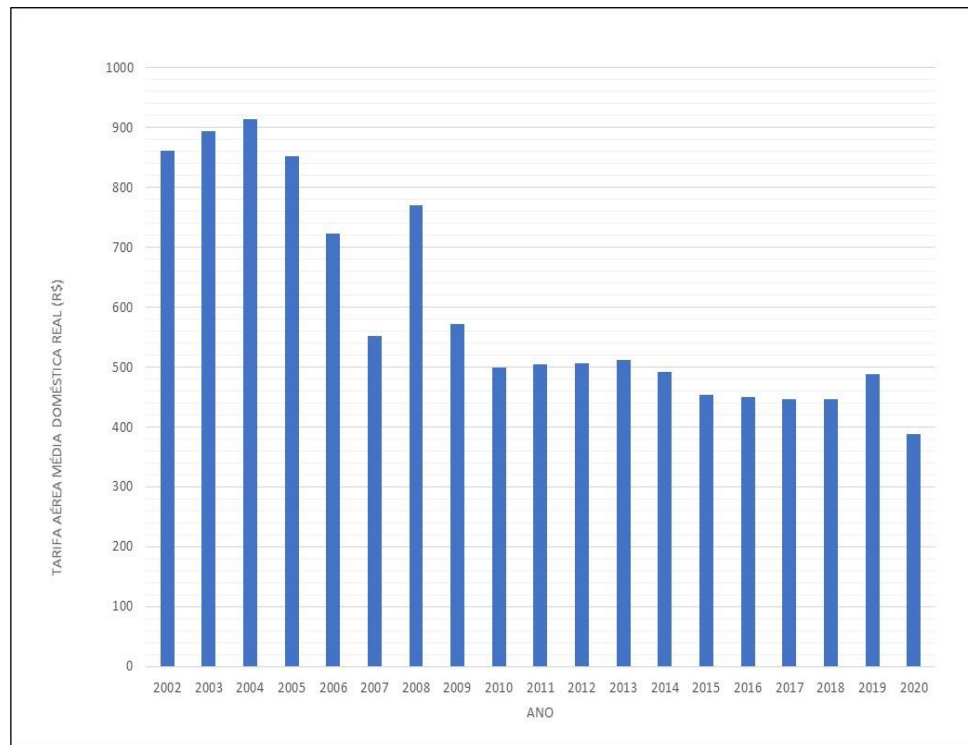


✓ Contextualização do Setor

Aeroviário

Tarifa aérea média doméstica real (valor corrigido pela inflação do período) por ano, ao longo dos últimos 20 anos.

Tarifa Aérea Média Doméstica Real nos últimos 20 anos

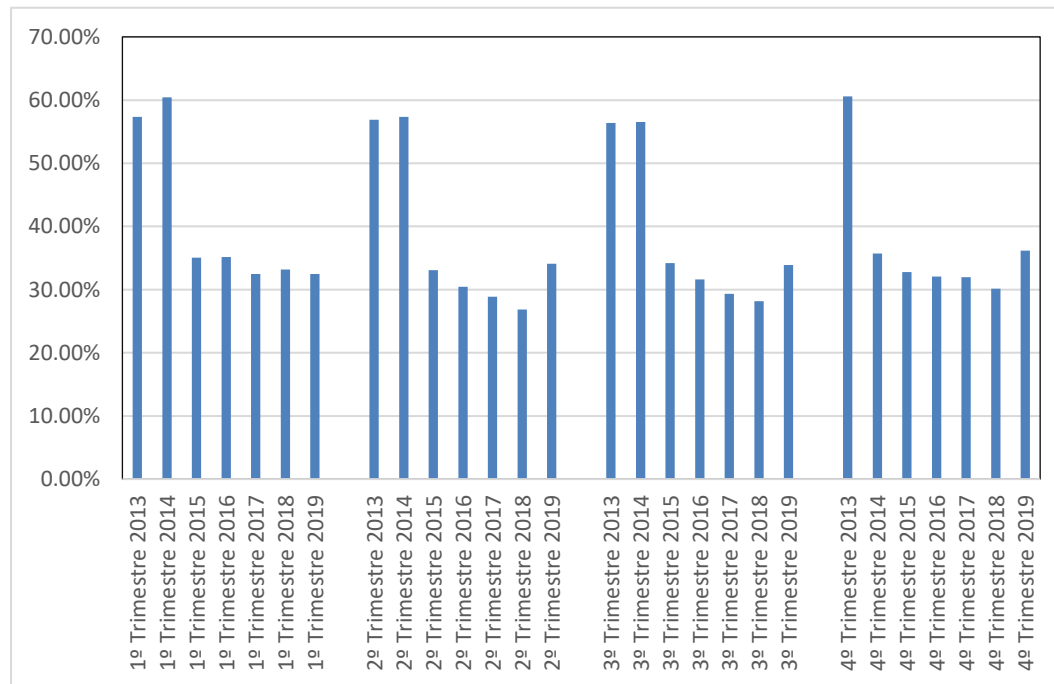


✓ Contextualização do Setor

Aeroviário

- Boletim do Turismo Doméstico Brasileiro 2019
- Analisadas 21,4 milhões de viagens
- 86,5% - viagens por motivo pessoal
- 31,5% das viagens por motivo pessoal – motivadas pelo lazer
- 12,9% das viagens pessoais – meio aéreo

Viagens motivadas pelo lazer em voos domésticos



✓ Temas de Interesse ao Mtur – Setor Aeroviário

- a) Melhoria da infraestrutura aeroportuária regional;
- b) Estímulo à aviação regional.

✓ Planos e Estudos Setor Aéreo

- Plano Aeroviário Nacional – PAN 2018-2038

✓ Planos e Estudos Setor Aeroviário – PAN 2018-2038

- Um dos objetivos - Desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária
- Pesquisa comparando 2 cenários – definir grupos de aeroportos e orientar o poder público e a iniciativa privada nas direções que trariam maiores ganhos para o setor como um todo

Cenário 1

Atuais condições de atendimento

117 aeroportos

Cenário 2

Atuais condições de atendimento

+ aeroportos com indicação de inviabilidade ambiental e de altos custos de desapropriação

+ aeroportos que estão com investimentos em andamento pelo Ministério de Infraestrutura em parceria com os Estados e Municípios

+ aeroportos que estão em vias de início de operações das empresas aéreas com voos comerciais

164 aeroportos

✓ Planos e Estudos Setor Aeroviário – PAN 2018-2038

Indicadores para comparar os cenários:

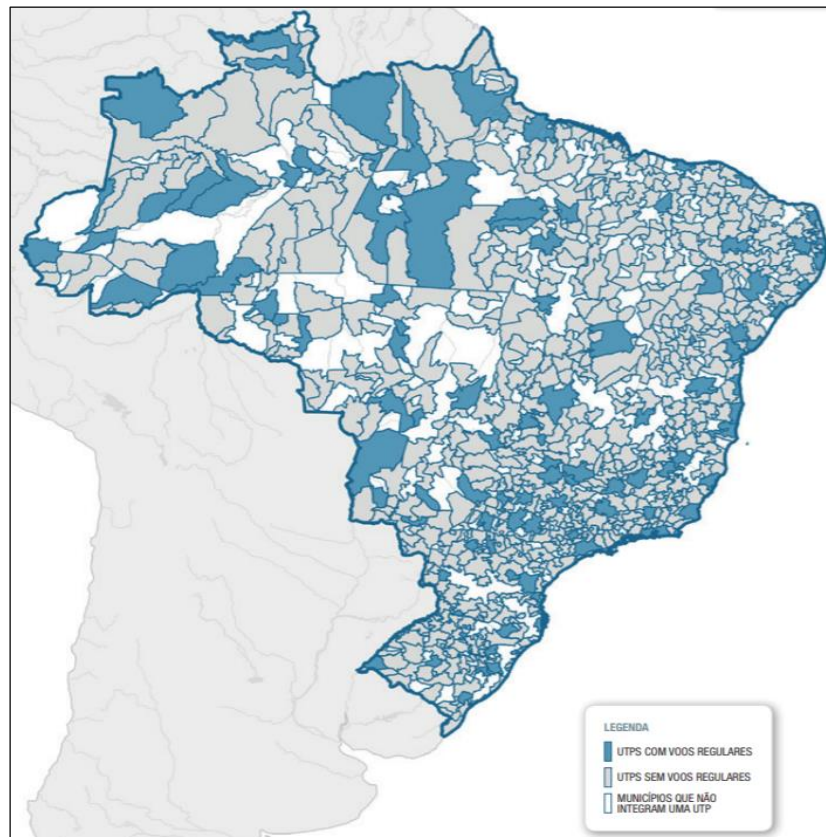
- Acessibilidade
- Conectividade
- Eficiência
- Desenvolvimento do Setor

UTPs - Para o PAN são consideradas UTPs as regiões onde se concentram as populações e, conseqüentemente, a maior parte da demanda por transporte aéreo.

- Acessibilidade e conectividade às regiões com potencial turístico - trazer coerência aos investimentos das diferentes esferas do governo neste setor. Considerando que há investimentos públicos e privados voltados ao turismo em várias regiões brasileiras, é essencial que essas regiões sejam dotadas de opções de acesso aéreo.

- ✓ Planos e Estudos Setor Aeroviário –
PAN 2018-2038

Unidades Territoriais de Planejamento
(UTPs) Consideradas no PAN



✓ Planos e Estudos Setor Aeroviário –

PAN 2018-2038

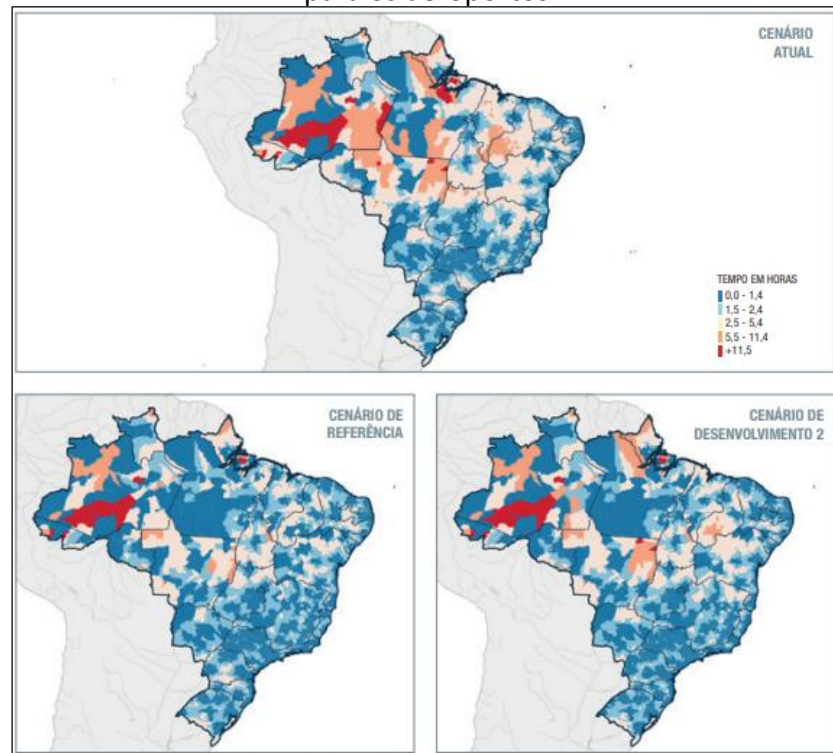
Indicador de potencial de conectividade



Indicador de acessibilidade



Tempos médios de deslocamento dos municípios brasileiros para os aeroportos



Avaliação Criteriosa da Atual Situação Legislativa e Regulatória

✓ Planos e Estudos Setor Aeroviário –


PAN 2018-2038


Indicador de desenvolvimento do setor aéreo

 RECEITA PARA O MERCADO		
TOTAL ATUAL (2017)	REFERÊNCIA	CENÁRIO 2
R\$ 64,1 Bi	+525 Mi	+1.128 Mi

 ADICIONAL NA DEMANDA		
TOTAL ATUAL (2017)	REFERÊNCIA	CENÁRIO 2
209,7 Mi	+3,60 Mi	+3,26 Mi

Investimentos necessários em 20 anos

 INVESTIMENTO POR CATEGORIA (20 ANOS)			
FONTE	TOTAL ATUAL	REFERÊNCIA	CENÁRIO 2
REGIONAIS	R\$ 9,19 Bi	R\$ 10,75 Bi	R\$ 11,02 Bi
METROPOLITANOS	R\$ 7,79 Bi	R\$ 11,84 Bi	R\$ 11,87 Bi
TOTAL	R\$ 16,99 Bi	R\$ 22,59 Bi	R\$ 22,89 Bi

 INVESTIMENTO POR FONTE (20 ANOS)			
FONTE	TOTAL ATUAL	REFERÊNCIA	CENÁRIO 2
FNAC (INFRAERO)	R\$ 7,47 Bi	R\$ 8,78 Bi	R\$ 8,77 Bi
CONCEDIDOS	R\$ 3,89 Bi	R\$ 6,76 Bi	R\$ 6,76 Bi
FNAC (OUTROS)	R\$ 5,61 Bi	R\$ 7,04 Bi	R\$ 7,35 Bi

✓ Planos e Estudos Setor Aeroviário – PAN 2018-2038

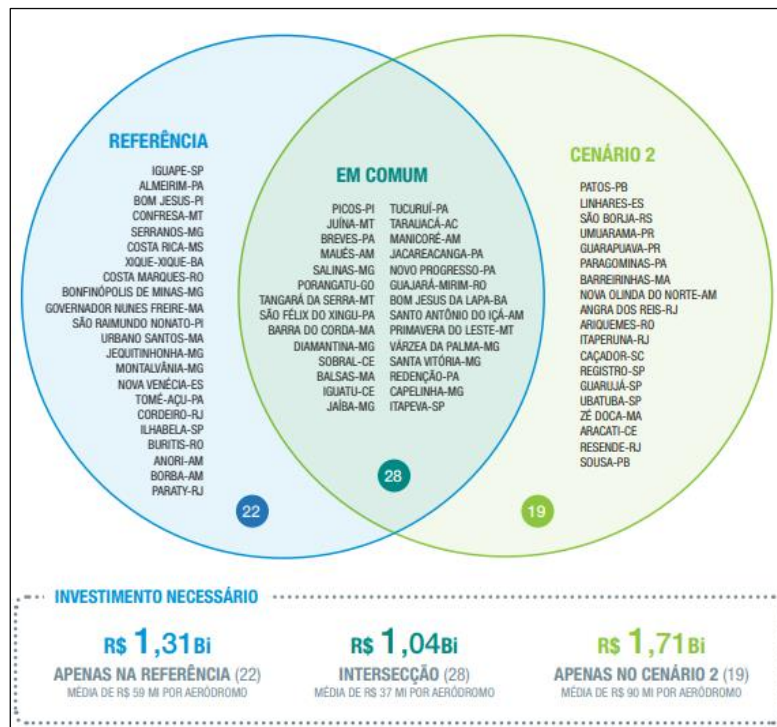
Considerações Finais:

- Aeroportos com previsão de demanda que supera as capacidades aeroportuárias ao longo desses 20 anos, incluindo os aeroportos concedidos – investimentos de R\$12 bilhões
- Distribuição dos recursos FNAC depende da disponibilidade orçamentária, da capacidade de execução e gestão, do nível de maturidade dos estudos preliminares e projeto de engenharia, de questões ambientais, patrimoniais, judiciais e outros
- Sete aeroportos não concedidos, independente dos cenários projetados – 5,5 bilhões em investimentos, representando 36% dos recursos provenientes do FNAC. – Sobram 10,7 bilhões de investimentos em infraestrutura para 135 aeroportos restantes não concedidos
- Alternativa de exploração junto a iniciativa privada – **Subsídios Cruzados** na configuração de diferentes lotes de aeroportos – colocar num mesmo lote de concessão tanto aeroportos menores e menos rentáveis com aeroportos de maior movimentação
 - ❖ Bloco Sudeste: Vitória/ES e Macaé/RJ
 - ❖ Bloco Nordeste: Recife/PE, Maceió/AL, Aracaju/SE, João Pessoa/PB, Campina Grande/PB e Juazeiro do Norte/CE
 - ❖ Bloco Centro-Oeste: Cuiabá/MT, Sinop/MT, Rondonópolis/MT e Alta Floresta/MT

✓ Planos e Estudos Setor Aeroviário – PAN 2018-2038

Considerações Finais:

- Priorização dos recursos



✓ Planos e Estudos Setor Aeroviário – PAN 2018-2038

Participação do capital estrangeiro na aviação civil:

- Aumento da competição e desconcentração do mercado doméstico;
- Aumento da quantidade de rotas e cidades atendidas pelo transporte aéreo regular, bem como a melhor integração a rotas internacionais;
- Redução do preço médio de passagens;
- Absorção de novas práticas gerenciais e tecnologias utilizadas em mercados desenvolvidos;
- Maior acesso a fontes de financiamento, com redução dos custos operacionais;
- Geração de empregos diretos e indiretos, com consequente aumento da renda média;
- Desenvolvimento da cadeia produtiva da indústria aeronáutica.

+ flexibilização das regras do transporte de bagagens despachadas

Redução do ICMS - ↓ \$ combustível

✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

22 Aeroportos concedidos

a) Melhoria da Infraestrutura Aeroportuária Regional

- Decreto nº 7.624/2011 - exploração da infraestrutura aeroportuária por meio de concessão

Ano da concessão 2011	Ano da concessão 2018	
Natal (RN)	Bloco Nordeste	Recife (PE)
Ano da concessão 2012		Maceió (AL)
Brasília (DF)		Aracaju (SE)
Guarulhos (SP)		João Pessoa (PB)
Viracopos (SP)		Campina Grande (PB)
Ano da concessão 2013		Juazeiro do Norte (CE)
Galeão (RJ)	Bloco Sudeste	Vitória (ES)
Confins (MG)		Macaé (RJ)
Ano da concessão 2017	Ano da concessão 2019	
Fortaleza (CE)	Bloco Centro-Oeste	Cuiabá (MT)
Salvador (BA)		Sinop (MT)
Florianópolis (SC)		Rondonópolis (MT)
Porto Alegre (RS)		Alta Floresta (MT)

✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

a) Melhoria da Infraestrutura Aeroportuária Regional

- Infraestrutura aeroportuária limitada → barreira à entrada de novas empresas
- Rede com maior número de aeroportos → maior conectividade e maior acessibilidade
- Aeroportos regionais operam com baixa demanda → receitas aeroportuárias insuficientes para cobrir os custos operacionais
- Priorização dos recursos em aeroporto regionais estratégicos
- ❖ Muitos destinos turísticos ficam distantes dos principais aeroportos do país
- ❖ Turista se torna obrigado a utilizar outro modo de transporte para chegar ao seu destino final

↑ aeroportos regionais com infraestrutura adequada ↑ conectividade ↑ cidades atendidas pelo setor aéreo ↑ maior eficiência ↓ menor tempo de deslocamento turista

✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

b) Estímulo à aviação regional

- Lei nº 13.842/2019 – Consolida a abertura de mercado de aviação civil ao capital estrangeiro
- Resolução ANAC nº 400/2016 – Acabou com o despacho de bagagens de até 23 quilos

Atração de empresas aéreas estrangeiras – *low cost*

Não obrigatoriedade de franquia de bagagem no preço das passagens – estimula concorrência e amplia oferta de serviços para passageiros

Redução de alíquotas – redução de custos operacionais

Mais regiões atendidas pelo setor aéreo – desenvolvimento do setor de transporte aéreo turístico

- ✓ **Novas Propostas De Legislações e Novos Programas de Planejamento do Setor Aeroviário de Passageiros**
- **Programa Voo Simples** - O objetivo é criar regras mais modernas para simplificar, desburocratizar e atrair investimentos para aviação geral brasileira, minimizando os impactos causados pela Covid-19 e gerando mais empregos.

✓ Contextualização do Setor Aquaviário

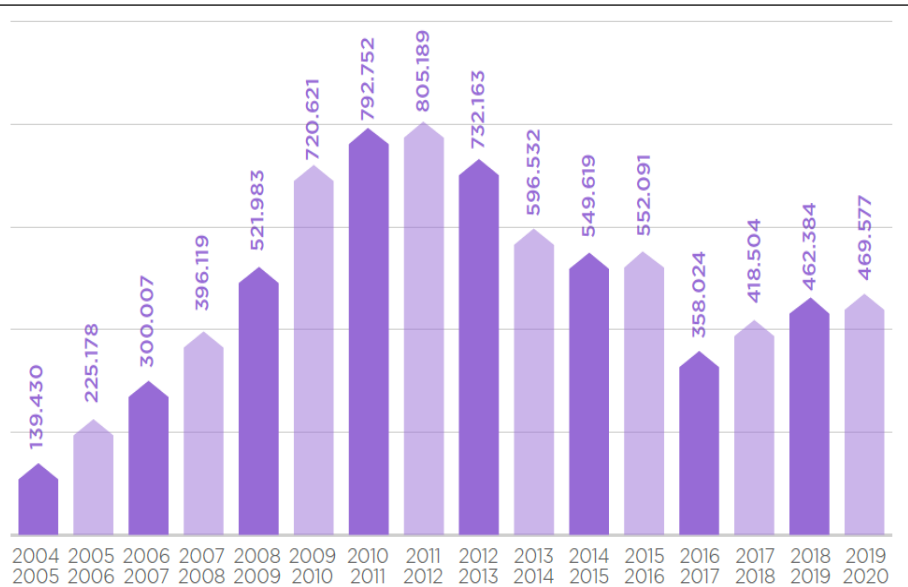
- O transporte aquaviário pode se dar por intermédio das hidrovias (fluvial) ou dos oceanos (marítimos) e seus pontos de embarques e desembarque se dão pelos portos. Essas infraestruturas podem ser destinadas, também, para o transporte de cargas.
- Tendência de crescimento na movimentação de cargas
- Desafio extra para formadores de políticas públicas de incentivo ao turismo e ao transporte aquaviário de passageiros:
 - ❖ promover transformação nos terminais e suas áreas lindeiras, de tal forma a viabilizar, facilitar, aumentar o acesso a outros meios de locomoção, além de observar o aspecto da segurança pública nos portos

Avaliação Criteriosa da Atual Situação Legislativa e Regulatória

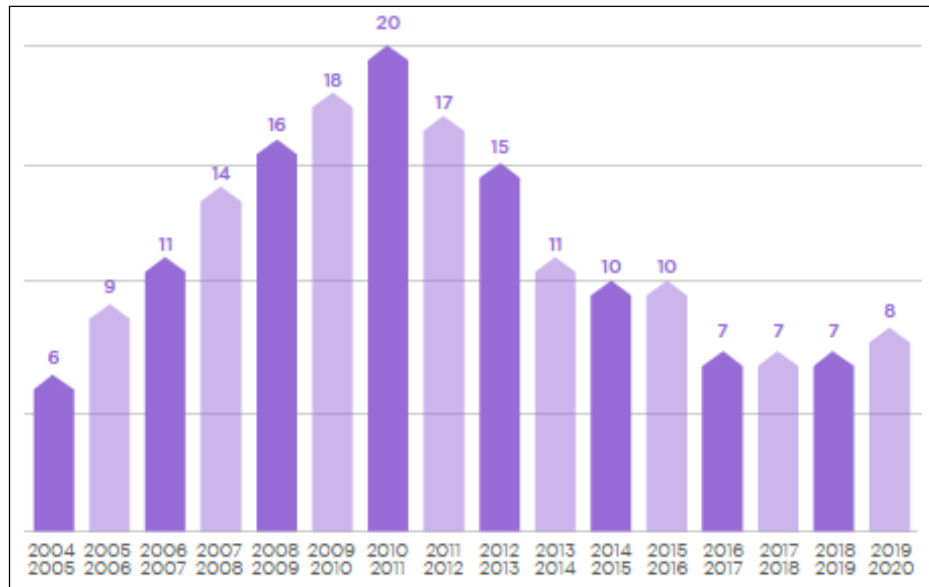
✓ Contextualização do Setor Aquaviário

Cruzeiros marítimos

Número de Passageiros Embarcados



Número de Navios Utilizados por Temporada



✓ Contextualização do Setor Aquaviário

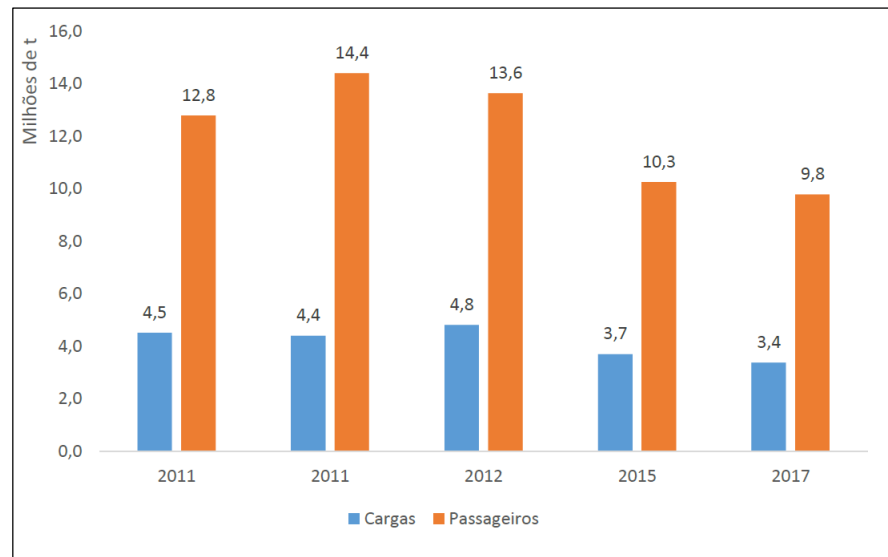
Transporte Fluvial de Passageiros

Transporte Fluvial de Passageiros realizado na Bacia Amazônica

25000 km de rios navegáveis

6,1 milhões km² distribuídos em 6 países

Evolução na estimativa de transporte de passageiros e cargas no transporte fluvial da região amazônica, com base em levantamentos de campo (Cargas – Milhões de toneladas x Passageiros – Milhões de passageiros)



✓ Temas de Interesse ao Mtur – Setor Aquaviário

- a) Fomentar o desenvolvimento de atrativos turísticos aos arredores de marinas e portos;
- b) Ampliar a infraestrutura portuária turística nacional, incentivando o turismo náutico no país, e
- c) Incentivar implantação e melhoria da infraestrutura para receptivos nas áreas de embarque e desembarque de passageiros dos Portos brasileiros

✓ Planos e Estudos Setor Aquaviário

- Plano Hidroviário Estratégico - PHE
- Plano Nacional de Logística Portuária
- Lago de Furnas – Mar de Minas

✓ Planos e Estudos Setor Aquaviário – PHE

- PHE 2013 – propôs conjunto de estratégias para viabilizar a utilização em larga escala do transporte hidroviário como alternativa para o escoamento da produção, bem como para o deslocamento de pessoas
- O PHE trouxe como objetivo transportar 120 milhões de toneladas de carga por meio do transporte hidroviário interior em 2031. Destaca-se, contudo, que não se localizou nenhum tipo de monitoramento para aferição do cumprimento ou não do objetivo traçado no PHE.
- Avalia-se como importante a atualização do PHE, inserindo atenção especial ao transporte fluvial de passageiros.

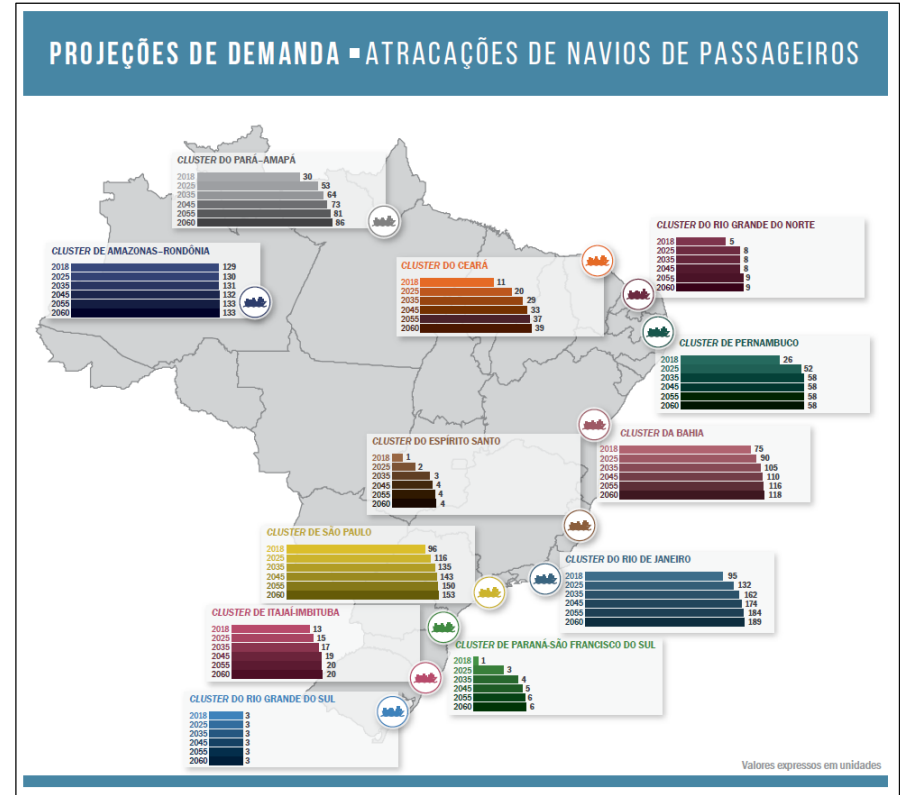
✓ Planos e Estudos Setor Aquaviário – PNLN

- Planejamento e monitoramento do setor portuário que visa vocacionar os diversos portos brasileiros
- Resultados obtidos durante ciclo de planejamento do PNLN
 - ❖ Movimentação e projeção de cargas e passageiros;
 - ❖ Capacidade das instalações portuárias;
 - ❖ Comparação entre a projeção de cargas e a capacidade existente;
 - ❖ Portfólio de investimentos portuários;
 - ❖ Avanços e desafios do setor.

Avaliação Criteriosa da Atual Situação Legislativa e Regulatória

✓ Planos e Estudos Setor Aquaviário – PNLP

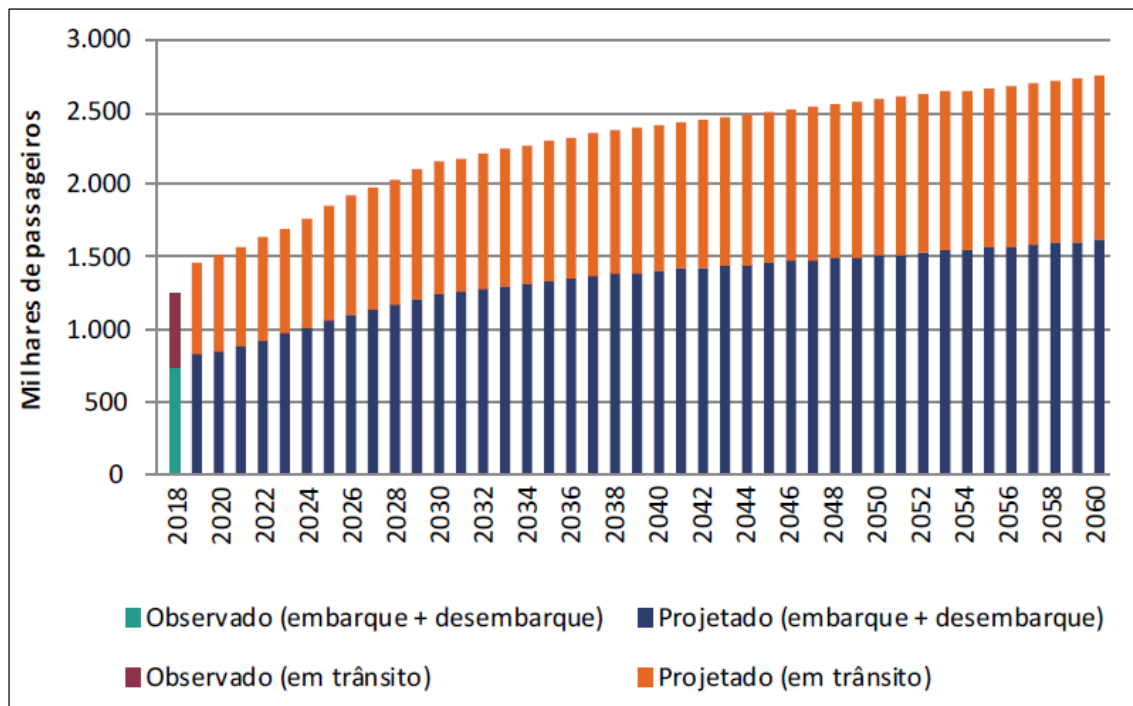
Número de atracções de navios de passageiros
(atracados no cais) por cluster portuário no Brasil:
observado (2018) e projetado (2025-2060)



✓ Planos e Estudos Setor Aquaviário –

PNLP

Número de passageiros de cruzeiro no Brasil: observado (2018) e projetado (2025-2060)



✓ Planos e Estudos Setor Aquaviário – PNLP

PNLP apresenta a visão dos armadores acerca dos fatores limitantes ao aumento da demanda no transporte de passageiros:

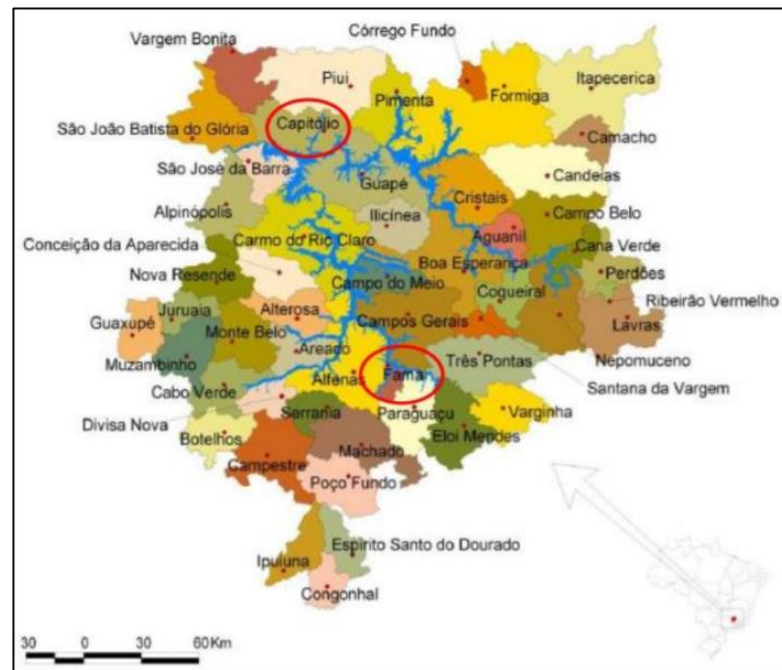
- Falta de infraestrutura em alguns terminais;
- Elevados custos de praticagem;
- Cobrança de tributos relativos ao combustível e ao afretamento para as embarcações de cabotagem;
- Questões trabalhistas, como a exigência de que dois terços da tripulação seja brasileira observado (2018) e projetado (2025-2060).

Avaliação Criteriosa da Atual Situação Legislativa e Regulatória

✓ Planos e Estudos Setor Aquaviário – Lago de Furnas

- Prioridade na utilização do lago para a geração de energia
- Parâmetros mínimos para operacionalização da usina – instabilidade dos níveis da água → impacta diretamente o turismo
- Lago é o principal atrativo para os municípios
- Crise hídrica em 2012 afetou o turismo da região até 2015
- A Política Nacional de Recursos Hídricos estabelece uso múltiplo das águas, mesmo assim, verifica-se existência de valoração dissimétrica entre o uso das águas de Furnas. As cotas estabelecidas atendem a prioridade de geração de energia frente aos demais usos: TURISMO

Municípios da Região do Lago de Furnas



✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

- a) Fomentar o desenvolvimento de atrativos turísticos aos arredores de marinas e portos;
- b) Ampliar a infraestrutura portuária turística nacional, incentivando o turismo náutico no país;
- c) Incentivar implantação e melhoria da infraestrutura para receptivos nas áreas de embarque e desembarque de passageiros dos Portos brasileiros.

✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

- Lei nº 12.815/2013 - Lei dos Portos → Estabelece formas de exploração das infraestruturas aeroportuárias:
 - a) Concessão: total ou parcial do porto organizado;
 - b) Transferência do Porto Público por intermédio de instrumento de delegação a estados ou municípios;
 - c) Arrendamento: cessão onerosa (por licitação) de área e infraestrutura pública dentro de Porto Organizado;
 - d) Autorização: Direito de exploração de Instalação Portuária fora do Porto Organizado via contrato de adesão.

Liberdade para investimentos privados

Priorização do investimentos em portos organizados

Lei nº 14.047/2020 - mais agilidade aos processos de arrendamentos nos portos públicos e possibilidade de dispensa de licitação de área no porto organizado

✓ Novas Propostas de Legislações e Novos Programas de Planejamento do Setor

Aquaviário de Passageiros

- Projeto de Lei no 4.199/2020 - BR do Mar

Objetivos que influenciam diretamente no transporte de passageiros:

a) incentivar a formação, a capacitação e a qualificação de marítimos nacionais;

b) estimular o desenvolvimento da indústria naval nacional de cabotagem;

c) revisar a vinculação das políticas de navegação de cabotagem das políticas de construção naval;

- Novos Arrendamentos Portuários para Terminais de Passageiros

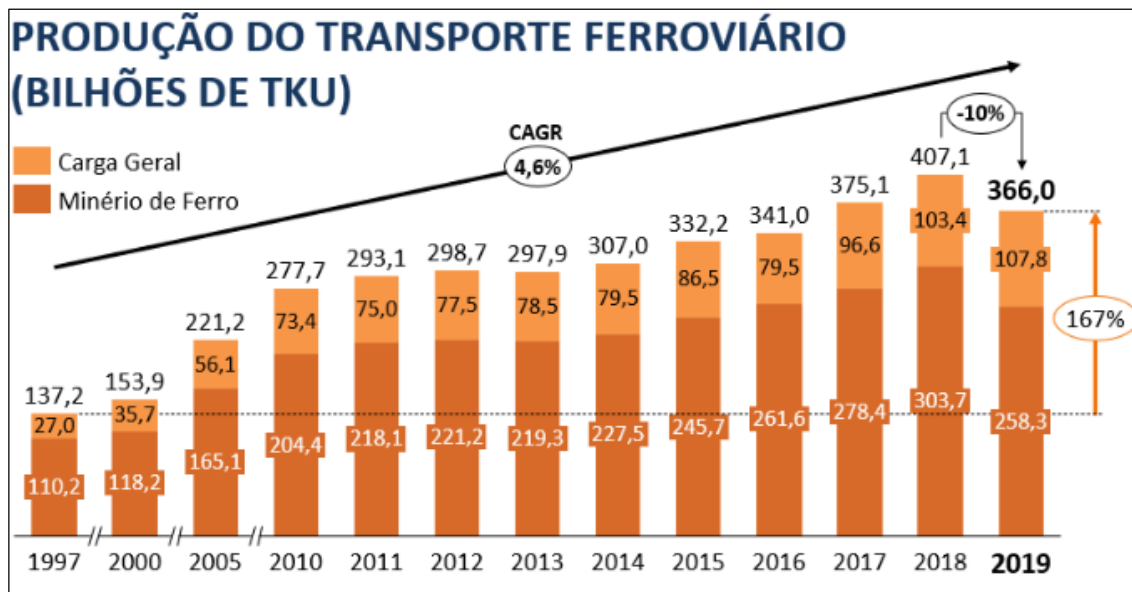
a) Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de MUCURIBE (Fortaleza/CE) está na lista de infraestruturas a serem delegadas para a iniciativa privada – Projeto PPI

b) Investimento mínimo da ordem de R\$1,6 milhão

✓ Contextualização do Setor Ferroviário

- Extensão da malha ferroviária concedida: 29.075km
- 13 concessionárias

Produção do Transporte Ferroviário
(Bilhões de TKU)



Avaliação Criteriosa da Atual Situação Legislativa e Regulatória

✓ Contextualização do Setor Ferroviário

Ordem	Concessionária	Extensão Total (km)	Ext Ociosa (km)	% Ociosa	Ext Ociosa + baixa densidade tráfego (>90% ocioso) - km	% Ocioso + baixa densidade	Ext Ociosa + baixa densidade tráfego (>80% ocioso) - km	% Ocioso + baixa densidade	Ext Ociosa + baixa densidade tráfego (>70% ocioso) - km	% Ocioso + baixa densidade
1	FCA	7.860,48	2.966,18	37,7%	3.828,30	48,7%	5.320,45	67,7%	5.959,71	75,8%
2	FTL	4.295,14	3.020,35	70,3%	3.066,14	71,4%	3.124,95	72,8%	3.177,81	74,0%
3	RumoMP	2.117,24	1.048,75	49,5%	1.200,52	56,7%	1.252,13	59,1%	1.343,62	63,5%
4	RumoMOeste	1.973,12	326,49	16,5%	1.180,01	59,8%	1.389,50	70,4%	1.592,68	80,7%
5	RumoSul	7.223,37	2.837,23	39,3%	3.304,46	45,7%	4.340,63	60,1%	5.570,13	77,1%
6	RumoMNorte	752,24	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	266,25	35,4%
7	MRS	1.821,33	522,29	28,7%	537,92	29,5%	609,15	33,4%	791,55	43,5%
8	EFVM	881,43	16,10	1,8%	57,92	6,6%	138,14	15,7%	174,52	19,8%
9	FTC	127,31	-	0,0%	19,04	15,0%	21,65	17,0%	26,30	20,7%
10	EFPO	248,10	-	0,0%	-	0,0%	7,50	3,0%	-	0,0%
11	EFC	977,97	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
12	FNSTN	744,50	-	0,0%	-	0,0%	22,00	3,0%	71,00	9,5%
13	FNSTC	855,80	-	0,0%	855,80	100,0%	855,80	100,0%	855,80	100,0%
	Total	29.878,02	10.737,39	35,9%	14.050,12	47,0%	17.081,89	57,2%	19.829,38	66,4%

✓ Contextualização do Setor Ferroviário

- Existem atualmente dois serviços regulares de transporte de passageiros no Brasil:
 - a) Parauapebas/São Luís – Concessionária Estrada de Ferro Carajás – EFC;
 - b) Vitória/Belo Horizonte – Concessionária Estrada de Ferro Vitória a Minas – EFVM.

Para o serviço não regular, destaca-se a Resolução nº 359/2003, estabeleceu procedimentos relativos à operação dos trens turísticos, histórico-culturais e comemorativos – Existem 24 linhas de trens turísticos e comemorativos → 2.170 km de extensão.

✓ Temas de Interesse ao MTur – Setor Ferroviário

- a) Viabilização de operação para o transporte regular de passageiros em corredores ferroviários com operação abaixo da capacidade de utilização pelo transporte de cargas;
- b) Viabilização de operação de linhas de trens turísticos, objetivando o fomento do turismo.

✓ Planos e Estudos Setor Ferroviário

- Plano de Ação do Trem Turístico BH-Brumadinho
- Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais
- Plano Nacional de Logística – PNL 2018-2025

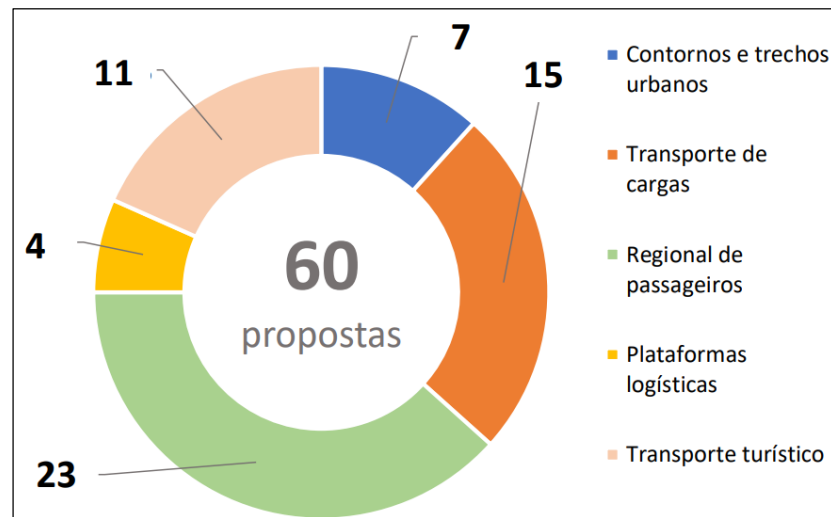
✓ Planos e Estudos Setor Ferroviário – Plano de Ação do Trem Turístico BH-Brumadinho

- O projeto do trem BH-Brumadinho prevê a revitalização de uma estação em Belo Horizonte, próxima ao Museu de Artes e Ofícios (MAO), e a construção de outra em Inhotim.
- Em atividade, ele será capaz de transportar 1.400 pessoas por dia em duas locomotivas com dez vagões cada. O trajeto de 52 quilômetros será feito em pouco mais de uma hora.
- Segundo o Ministério do Turismo, a mobilidade e conectividade são determinantes para o desenvolvimento do turismo no país, e, no período da pandemia de Covid-19 e no período posterior, o turismo de curtas distâncias aparece como alternativa de retomada econômica do setor.

- ✓ Planos e Estudos Setor Ferroviário – Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais
 - Visa a implantação e operação de uma nova estrutura ferroviária em Minas Gerais.
 - O objetivo desse estudo é identificar e avaliar o potencial de novos projetos de transporte ferroviário de passageiros e cargas em benefício da sociedade e economia de Minas Gerais.

1ª etapa

Distribuição das propostas apresentadas em 2019 para o Plano Estratégico Ferroviário – PEF MG, por área temática



✓ Planos e Estudos Setor Ferroviário – Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais

2ª etapa

Resultados Trens Turísticos – Propostas selecionadas

RAMAL	ORIGEM	DESTINO	RESULTADO PARCIAL	
51	BELO HORIZONTE	BRUMADINHO	∞	
52	CAPARAÓ	ESPERA FELIZ	126,31	5º
53	CARMO DO CAJURU	SÃO FRANCISCO DE PAULA	154,95	
55	DMNÓPOLIS	BOM SUCESSO	159,18	
54	CATAGUASES	ALÉM PARAÍBA	143,08	4º
50	ALÉM PARAÍBA	ALÉM PARAÍBA	219,72	2º
56	JACUTINGA	JACUTINGA	102,05	7º
57	PERDÕES	CARRANCAS	108,24	6º
58	POÇOS DE CALDAS	ÁGUAS DA PRATA	270,55	1º
59	SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE	PASSA QUATRO	94,18	8º
60	VIÇOSA	CAJURI	149,15	3º

Legenda

- Propostas sobrepostas a propostas regionais
- Propostas selecionadas

✓ Planos e Estudos Setor Ferroviário – Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais

2ª etapa

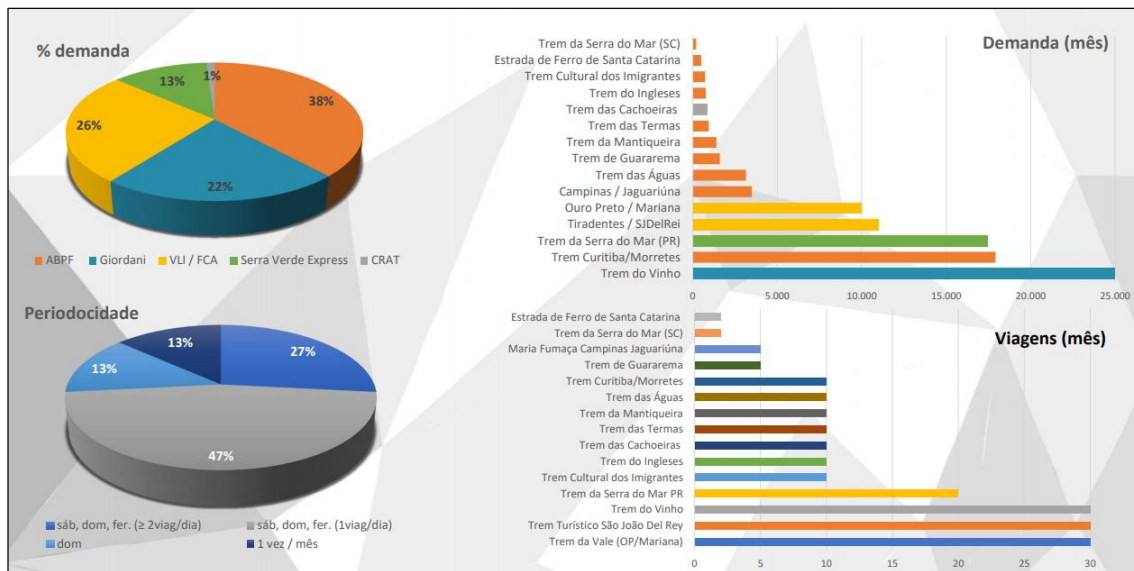
Resultados Trens Regionais – Propostas selecionadas

PROPOSTA	ORIGEM	DESTINO	RESULTADO PARCIAL	Capacidade ociosa mínima (trens/dia)	
RP 12	Araguari	Uberaba	93	4	2º
RP 13*	BH (Águas Claras)	Brumadinho (via Ibirité)	98	0	
RP 14	Belo Horizonte	Montes Claros	99	2	4º
RP 15	Belo Horizonte	Mariana	90	Greenfield	
RP 16	Belo Horizonte (MG)	Santa Luíza (MG)	88	5	
RP 17	Belo Horizonte	Vitória	207	Saturada	7º
RP 18	Belo Horizonte	Conselheiro Lafaiete	129	Saturada	
RP 19	Itaobim	Governador Valadares	48	Greenfield	
RP 20	Corinto	Pirapora	13	1	
RP 21	Divinópolis	Belo Horizonte	104	2	
RP 22	Divinópolis	Cordisburgo	154	2	
RP 23	Divinópolis	Lavras	95	5	1º
RP 24	Lavras	Varginha	75	1	
RP 25	Belo Horizonte	São Paulo	128	Saturada	
RP 26	Montes Claros	Janaúba	60	2	6º
RP 27	Poços de Caldas	Campinas (SP)	85	4	3º
RP 28	Mariana (MG)	Além Paraíba (MG)	65	Greenfield	
RP 29	Cataguases	Mirai	52	Greenfield	
RP 30	Ponte Nova (MG)	Dom Silvério (MG)	9	Greenfield	
RP 31	Ponte Nova (MG)	Rio Casca (MG)	10	Greenfield	
RP 32	Araçuaí (MG)	Caravelas (BA)	48	Greenfield	
RP 33 - I	Uberaba	Ibiá	70	2	5º
RP 33 - II	Araguari	Araxá	59	2	
RP 34	Varginha	Cruzeiros (SP)	89	Greenfield	

✓ Planos e Estudos Setor Ferroviário – Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais

3ª etapa

Caracterização – serviços em operação 15 linhas – transporte turístico

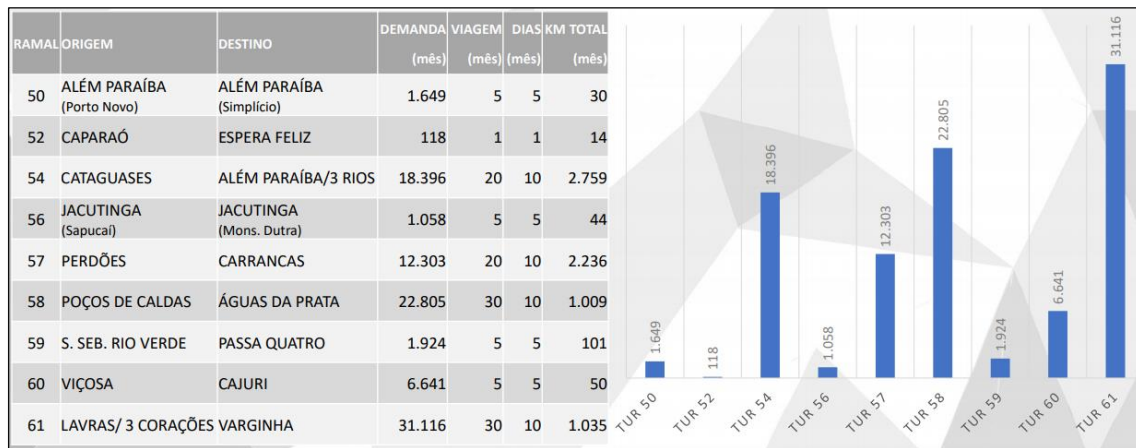


Avaliação Criteriosa da Atual Situação Legislativa e Regulatória

✓ Planos e Estudos Setor Ferroviário – Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais

3ª etapa

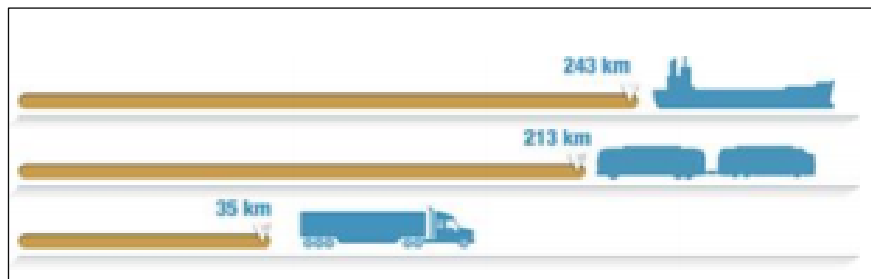
Resultados – demanda e oferta –
Transporte turístico



✓ Planos e Estudos Setor Ferroviário – Plano Nacional de Logística – PNL 2018-2025

- O transporte ferroviário possui uma grande participação no transporte de cargas inter-regional
- Estudos da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) mostram que as ferrovias foram responsáveis por **15%** da produção de transporte em 2015, correspondente a 356,8 bilhões de TKU.
- O modo ferroviário se destaca por maior eficiência em comparação ao transporte rodoviário

Distância percorrida por uma tonelada de carga com o uso de um litro de combustível



✓ Planos e Estudos Setor Ferroviário – Plano Nacional de Logística – PNL 2018-2025

Distribuição dos tipos de carga no modo ferroviário



✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

- a) Viabilização de operação para o transporte regular de passageiros em corredores ferroviários com operação abaixo da capacidade de utilização pelo transporte de cargas;
- b) Viabilização de operação de linhas de trens turísticos, objetivando o fomento do turismo

✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

29 mil km de malha ferroviária concedida – 10 mil km ociosos e sem tráfego

Mais da metade da malha ferroviária opera com mais de 70% da malha ociosa

Trechos antieconômicos

ANTT:

- Compartilhamento de infraestruturas de passageiros e cargas
- Destinação de trechos ferroviários antieconômicos
- Elaboração de estudo detalhado para diagnóstico da situação da malha ferroviária
- Definição de políticas públicas para o transporte ferroviário de passageiros
- Articulação com o Congresso Nacional na proposição ou alteração legislativa para o transporte ferroviário

✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

- Lei nº 13.448/2017 → os contratados poderão promover a alienação ou a disposição de bens móveis inservíveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), arrendados ou não, localizados na faixa de domínio da ferrovia objeto do contrato de parceria
- Saturação dos trechos e capacidade mínima de transporte a terceiros → garantindo o direito de passagem, de tráfego mútuo e de exploração por operador independente
- Renovação antecipada de concessões → autorização de novas ferrovias para o transporte de cargas e ampliando para o transporte de passageiros
- Decreto nº 10.161/2019 → determina que o concessionário fica autorizado a promover a alienação ou a disposição dos bens móveis ferroviários inservíveis do DNIT, arrendados ou não, localizados na faixa de domínio de ferrovia objeto dos contratos de parceria de que trata este Decreto, observada a legislação vigente sobre disposição de bens

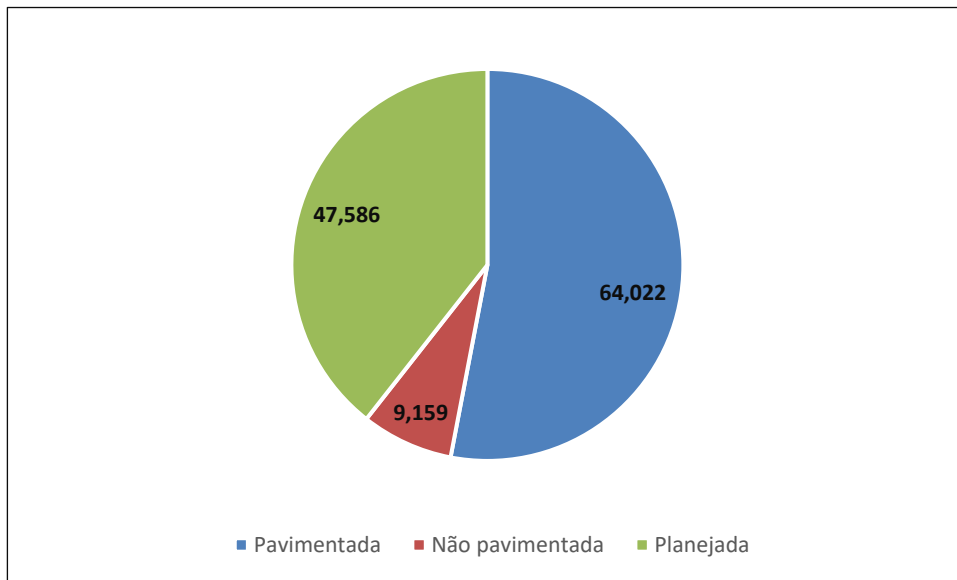
✓ Novas Propostas de Legislações e Novos Programas de Planejamento do Setor Ferroviário de Passageiros

- PLS 261/2018 → exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada, autoriza a autorregulação ferroviária e disciplina o trânsito e o transporte ferroviário.
- O projeto determina que a exploração das ferrovias se dará por meio de autorização
- Tem o objetivo de facilitar a atração de investimentos, visando a instalação de novos trechos rodoviários, bem como o aumento da capacidade do transporte ferroviário, diminuindo, ainda a ociosidade das estradas de ferro e ajudando a estimular o transporte ferroviário turístico do país.

✓ Contextualização do Setor Rodoviário

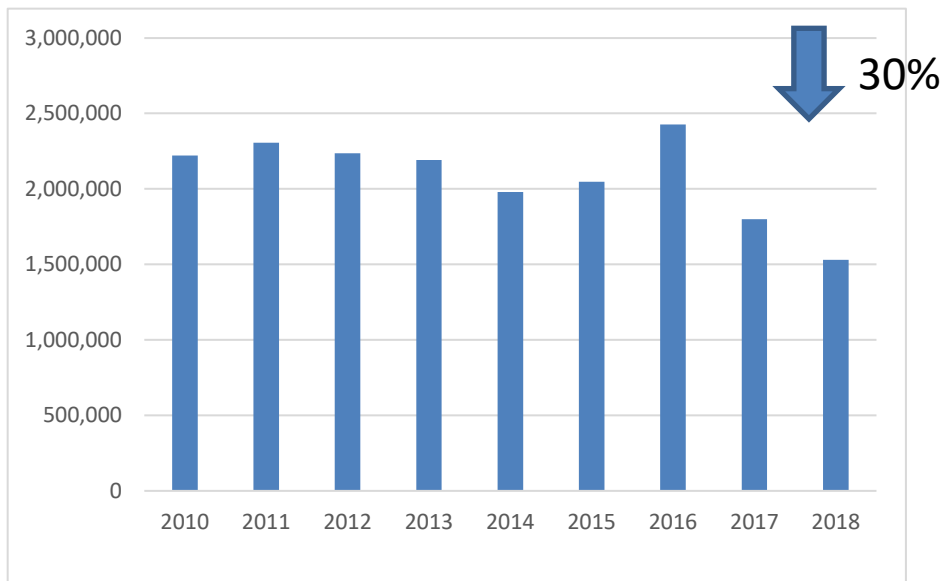
- Malha rodoviária: 120,7 mil km de extensão
 - 64,0 mil km de rodovias pavimentadas
 - 9,1 mil km de rodovias não pavimentadas
 - 47,5 mil km de rodovias planejadas
-
- Malha rodoviária federal: 79,5 mil km de extensão
 - 51,9 mil km rodovias pavimentadas
 - 18,5 mil km rodovias planejadas
 - 9,1 mil km rodovias não pavimentadas

Malha Rodoviária do Brasil (SNV)

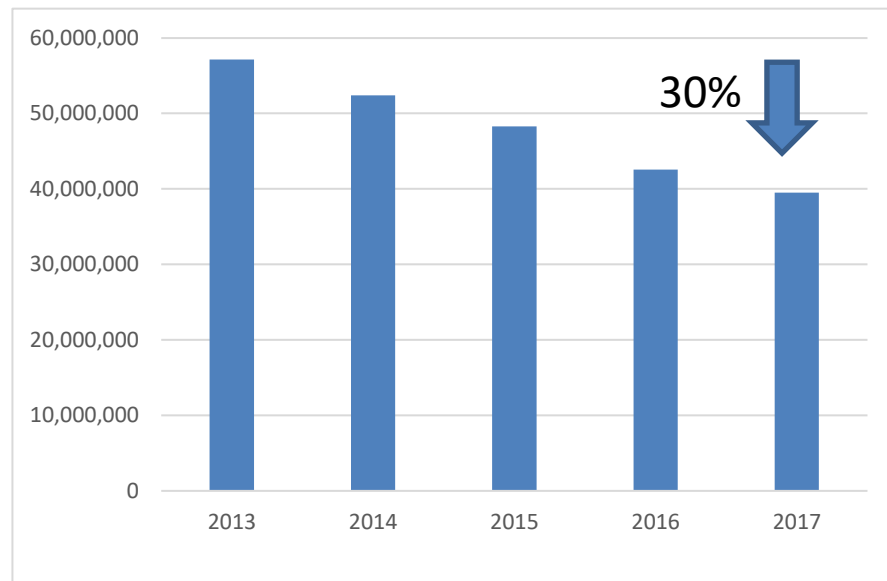


✓ Contextualização do Setor Rodoviário

Número de viagens realizadas pelo transporte regular de passageiros de 2010 a 2018

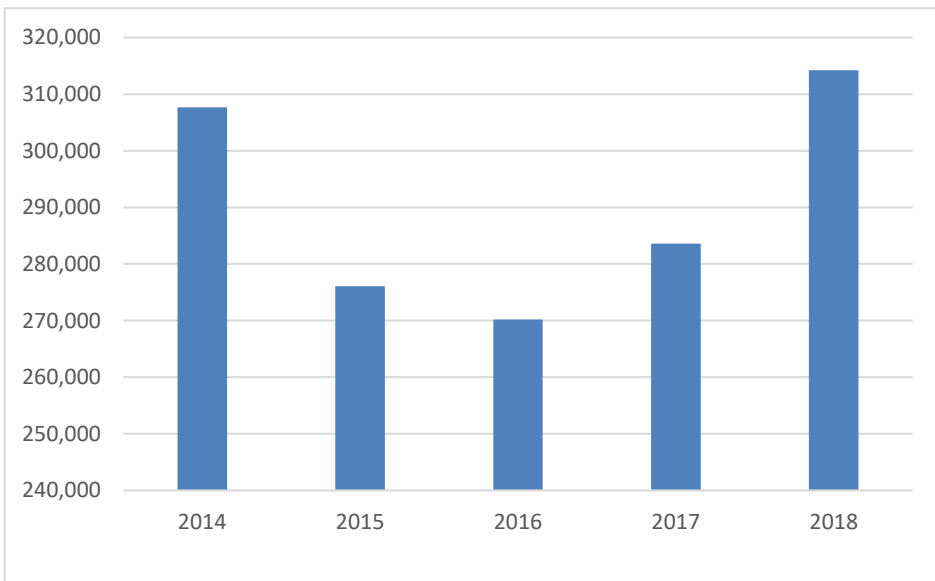


Número de passageiros transportados pelo transporte regular de passageiros de 2013 a 2017

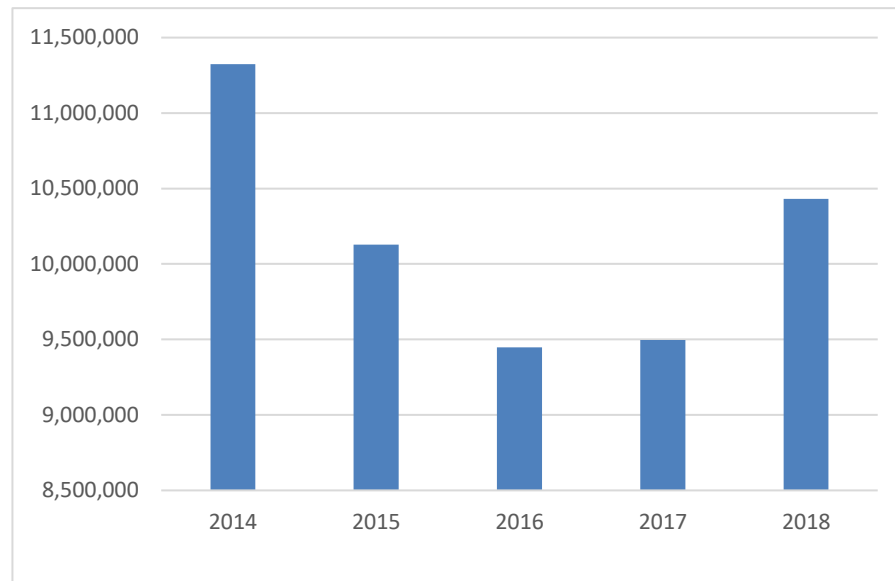


✓ Contextualização do Setor Rodoviário

Total de licenças autorizadas para o transporte interestadual de passageiros por regime de fretamento turístico ou eventual



Total de passageiros transportados no transporte interestadual de passageiros por regime de fretamento turístico ou eventual



✓ Temas de Interesse ao MTur – Setor Rodoviário

- a) Integração entre modo rodoviário e aeroviário (Terminais integrados);
- b) Transporte rodoviário interestadual de passageiros por meio de fretamento turístico ou eventual – Medidas regulatórias sobre circuito aberto e fechado.

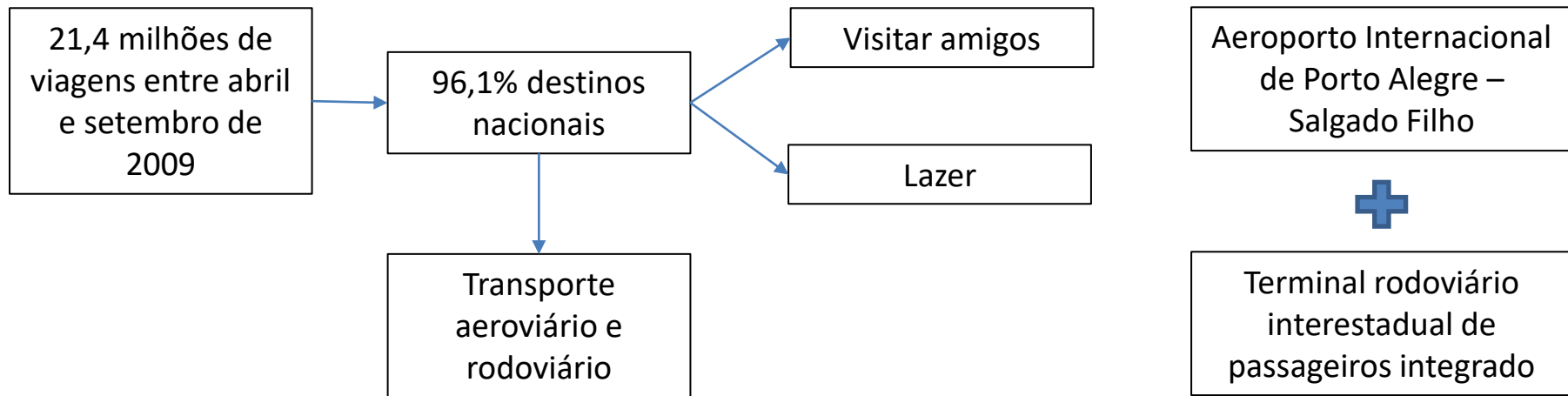
✓ Planos e Estudos Setor Rodoviário

- Plano Nacional de Logística – PNL 2018-2025

✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

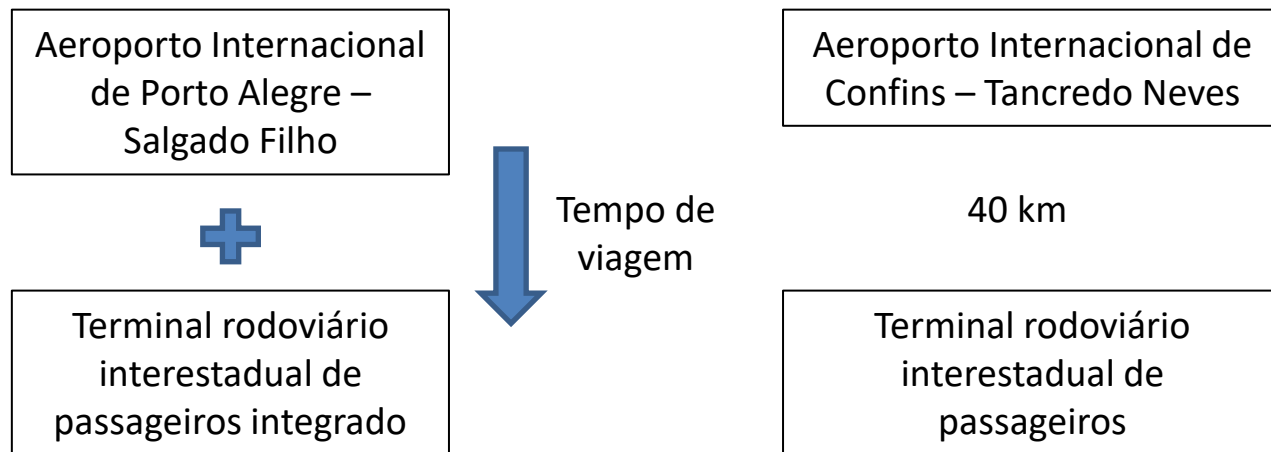
a) Integração entre modo rodoviário e aeroviário (Terminais integrados)

Pesquisa PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Turismo



✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do Turismo

a) Integração entre modo rodoviário e aeroviário (Terminais integrados)



Audiência Pública ANTT nº 004/2020 - permitirá a instalação como ponto de embarque e desembarque o terminal rodoviário público, terminal de embarque privado, ponto de ônibus em área urbana e ponto de ônibus em área rural

✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do

Turismo

b) Transporte rodoviário interestadual de passageiros por meio de fretamento turístico ou eventual – Medidas regulatórias sobre circuito aberto e fechado

Decreto 2.521/98

Art. 6º Os serviços de que trata este Decreto serão delegados mediante:

I - permissão, sempre precedida de licitação, nos casos de transporte rodoviário de passageiros:

- a) interestadual;
- b) internacional;

II - autorização, nos casos de:

- a) transporte rodoviário internacional em período de temporada turística;
- b) prestação de serviços em caráter emergencial;
- c) transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob regime de fretamento contínuo;
- d) **transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob regime de fretamento eventual ou turístico.**

CIRCUITO FECHADO

Resolução nº 4.777/2015 - “viagem de um grupo de passageiros com motivação comum que parte em um veículo de local de origem a um ou mais locais de destino e, após percorrer todo o itinerário, observado os tempos de permanência estabelecidos nesta Resolução, este grupo de passageiros retorna ao local de origem no mesmo veículo que efetuou o transporte na viagem de ida”

✓ Análise das legislações setoriais tocante aos temas de interesse ao Ministério do

Turismo

b) Transporte rodoviário interestadual de passageiros por meio de fretamento turístico ou eventual – Medidas regulatórias sobre circuito aberto e fechado

Tendência de exploração do transporte rodoviário coletivo de passageiros por aplicativos

Estados que permitem exploração do transporte intermunicipal sob o regime de circuito aberto

Estado	Previsão legal
São Paulo	Decreto 29912/89
Bahia	Dec. 4342/95; Dec 11832/09; Res 06/01
Santa Catarina	Lei 5684/80; Dec 12601/80

- Revogação do art. 36 do Decreto nº 2.521/98, além de adequação dos demais trechos do Decreto retirando a obrigatoriedade do fretamento eventual ser prestado sob conceito de “circuito fechado”
- Proposição de uma nova Resolução, em substituição à Resolução nº 4.777 , de 6 de julho de 2015, com um texto que vá ao encontro dos princípios e diretrizes previstas no Decreto nº 10.157, de 4 de dezembro de 2019, aos moldes de Resolução proposta para o Transporte Regular, em Audiência Pública ANTT nº 004/2020 .

- ✓ Planos e Estudos de Países com características semelhantes ao Brasil que possuem mercado aberto para o transporte rodoviário interestadual de passageiros
 - Estados Unidos – mercado aberto no setor de transporte rodoviário de ônibus – desregulamentado, no ano de 1982
 - Reino Unido – um dos primeiros estados membros a promover a liberalização do setor de transporte rodoviário de passageiros, ocorrida em 1980
 - Alemanha – liberalização do mercado de serviços regulares de ônibus de longa distância, em 2013
 - França – desregulamentou o mercado de serviços regulares de ônibus de longa distância > 100km, no ano de 2015
 - Suécia – aprovou a Lei dos Transportes Públicos que estabelece que não podem ser concedidos direitos exclusivos para a prestação de serviços públicos nacionais de ônibus, resultando na abertura do mercado, no ano de 2010
 - Itália – serviços rodoviários internacionais estão liberalizados desde 2009, bem como os serviços nacionais de longa distância que atravessam mais de duas regiões, desde 2005

✓ Novas Propostas de Legislações e Novos Programas de Planejamento do Setor

Rodoviário de Passageiros

- Alteração do Decreto Nº 2.521/1988 –Ministério do Turismo junto à ANTT e Ministério da Infraestrutura avaliam a possibilidade de revogação do Decreto e a edição do Decreto Nº 10.157/2019 que estimule o fretamento turístico
- PL 148 /2020 – permite que pessoas físicas prestem serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros em regime de fretamento mediante autorização do poder executivo
- PL 3.819/2020 – exige realização de licitação para delegação de serviço público de transporte coletivo interestadual e internacional de passageiros. Atualmente é permitida a outorga do serviço por meio de autorização.
- Minuta de Portaria do Ministério do Turismo visando instituir o Programa de PPDs para Turista

✓ Análise das Agendas Regulatórias

Temas de Interesse

ANAC

- PNAE
- Tema Herança 15 – Certificação de aeroportos
- Tema Herança 21 – Acesso mercado de distribuição de combustível de aviação
- Tema Herança 25 – Normatização de transição operacional de infra aeroportuária
- Tema Herança 28 – Regulamentação coordenação e alocação de slots

ANTT

- Regulamentação e Fiscalização do TRIIP
- Regulamentação e Fiscalização de Concessões de Rodovia
- Revisão do Marco Regulatório do serviço de transporte coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado por regime de fretamento – não iniciado

ANTAQ

- Simplificar o estoque regulatório da navegação interior
- Acompanhar o serviço de transporte coletivo de passageiros e veículos na navegação interior
- Aperfeiçoar a regulação dos Acordos Operacionais entre Empresas Brasileiras de Navegação – EBNs na navegação de cabotagem, como foco nos impactos concorrenciais
- Definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado nos portos organizados e instalações portuárias

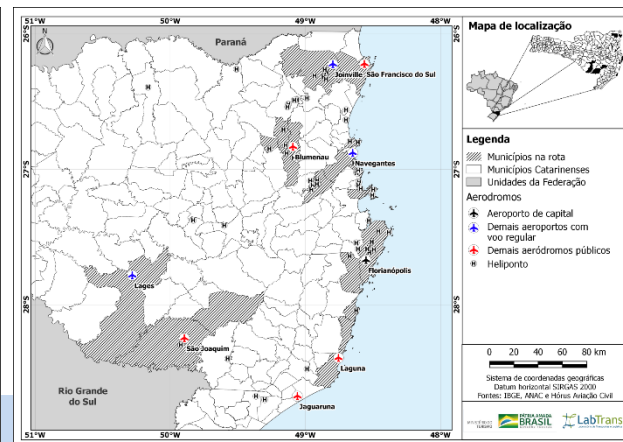
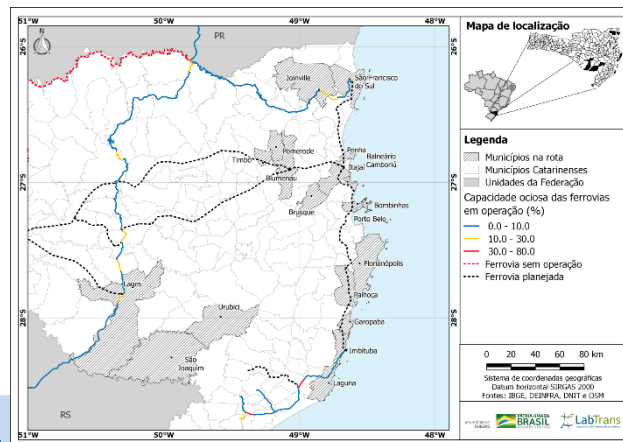
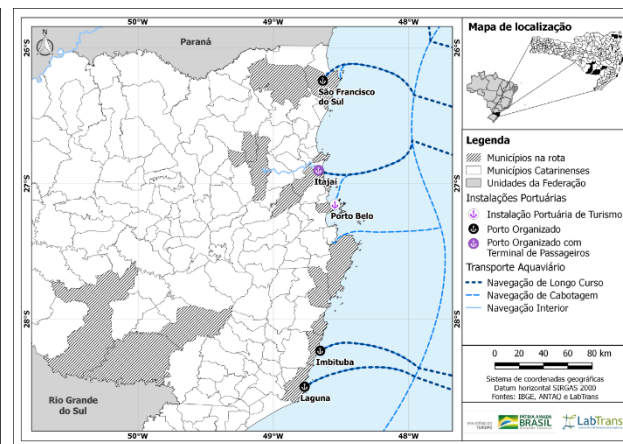
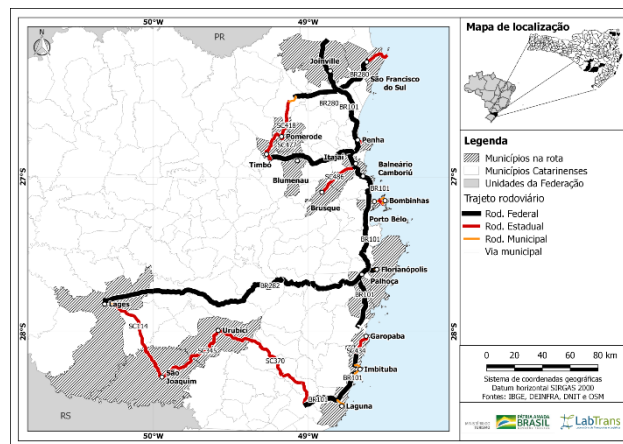
Caracterização das Informações Existentes das seis Rotas

- ✓ Rotas:
- ✓ Rota 1 – Serra-Mar Catarinense
- ✓ Rota 2 – Serra Gaúcha
- ✓ Rota 3 – Costa do Sol e Região dos Lagos
- ✓ Rota 4 – Belo Horizonte e as Cidades Históricas de Minas Gerais
- ✓ Rota 5 – Salvador e Morro de São Paulo
- ✓ Rota 6 – Rota das Emoções

Caracterização das Informações Existentes das seis Rotas

✓ Rota 1 – Serra-Mar Catarinense

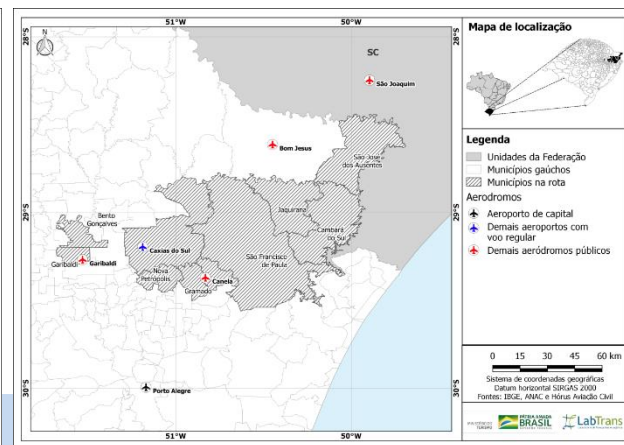
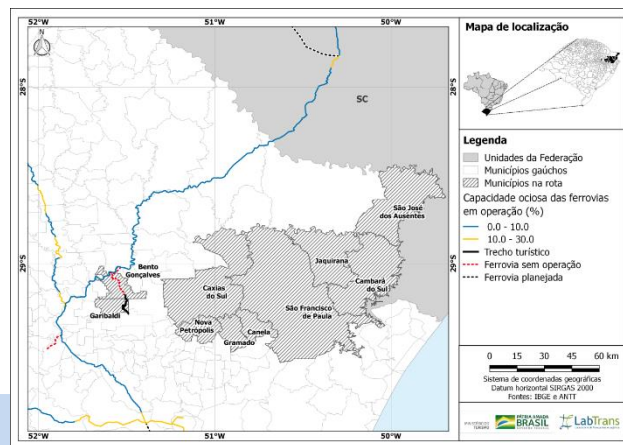
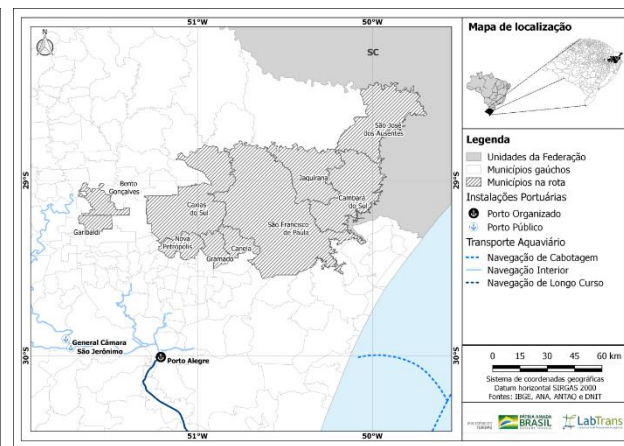
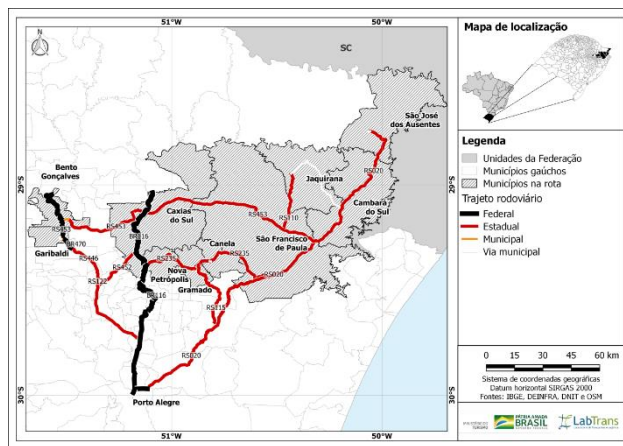
- 19 Municípios
- 6 Regiões turísticas
- 903,9 km de extensão
- Trechos Ferroviários
- 3 Portos Organizados
- 1 Porto Organizado com Terminal de Passageiros
- 1 Instalação Portuária de Turismo
- 9 Aeroportos



Caracterização das Informações Existentes das seis Rotas

✓ Rota 2 – Serra Gaúcha

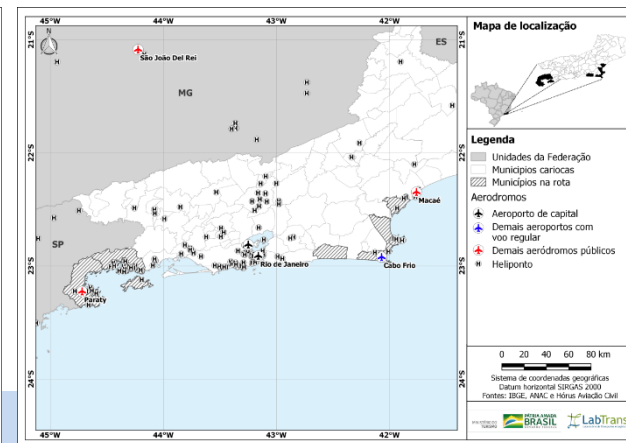
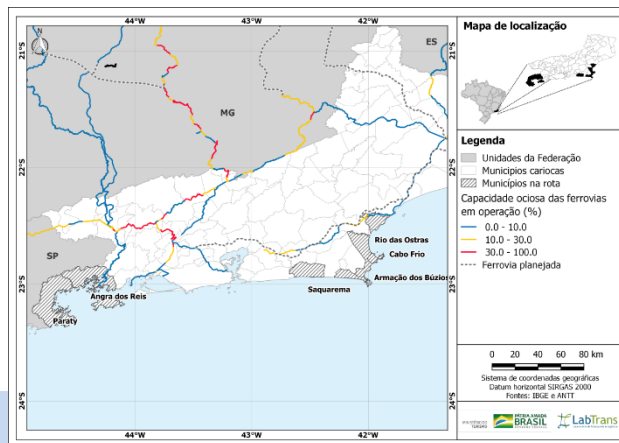
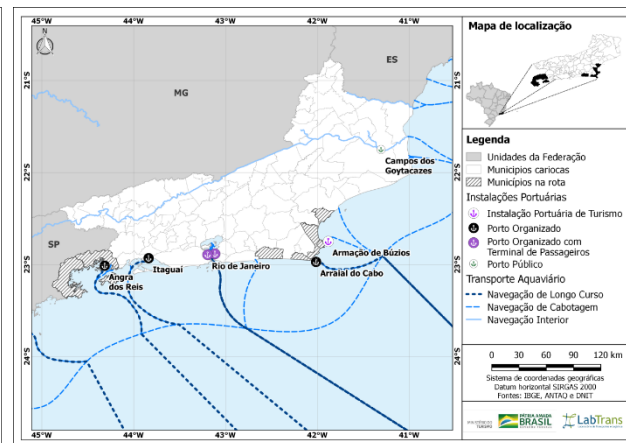
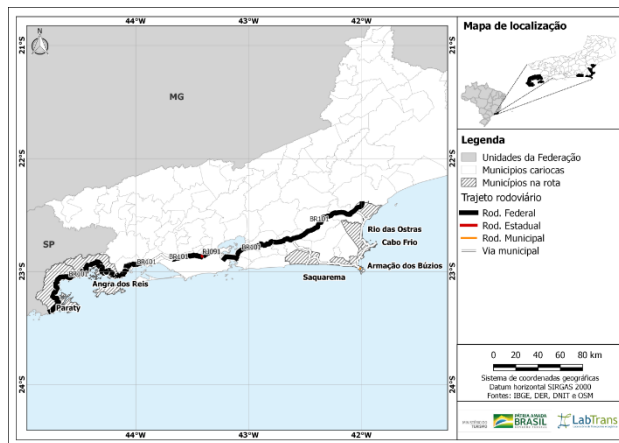
- 10 Municípios
- 3 Regiões turísticas
- 416,1 km de extensão
- Trechos Ferroviários
- 1 Porto Organizado
- 1 Porto Público
- 6 Aeroportos



Caracterização das Informações Existentes das seis Rotas

✓ Rota 3 – Costa do Sol e Região dos Lagos

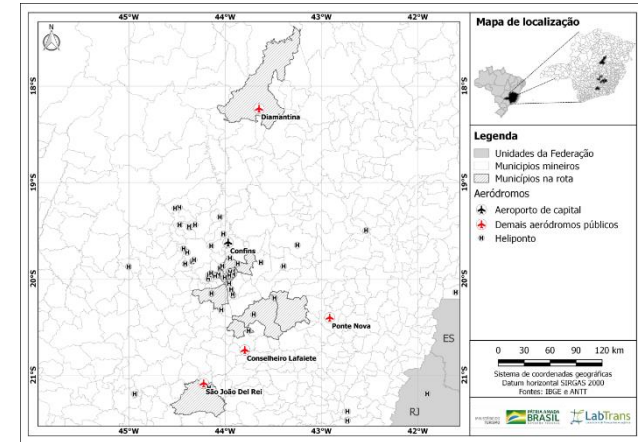
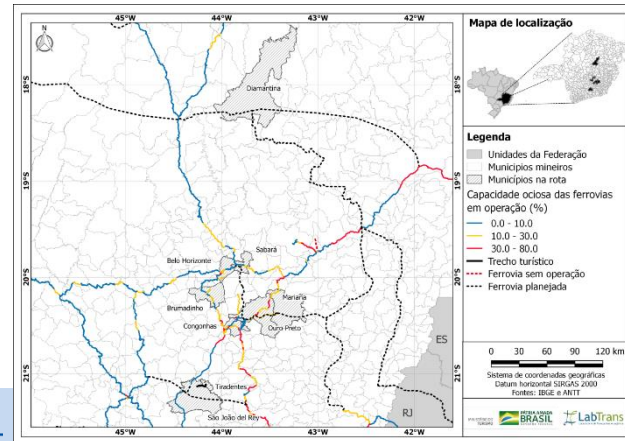
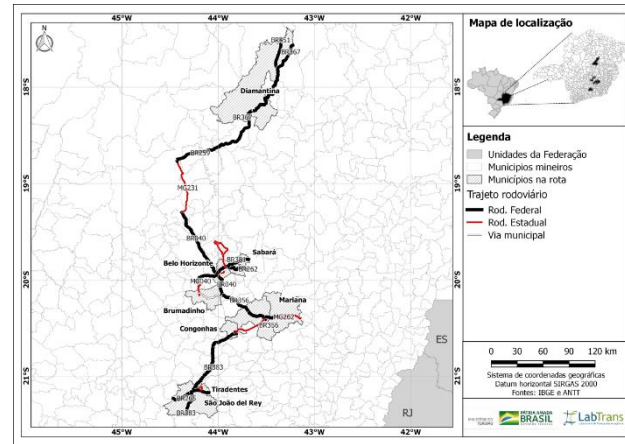
- 7 Municípios
- 2 Regiões turísticas
- 525,0 km de extensão
- Trechos Ferroviários
- 3 Portos Organizados
- 2 Portos Organizados com Terminal de Passageiros
- 1 Instalação Portuária
- 1 Porto Público
- 5 Aeroportos



Caracterização das Informações Existentes das seis Rotas

✓ Rota 4 – Belo Horizonte e Cidades Históricas de Minas Geras

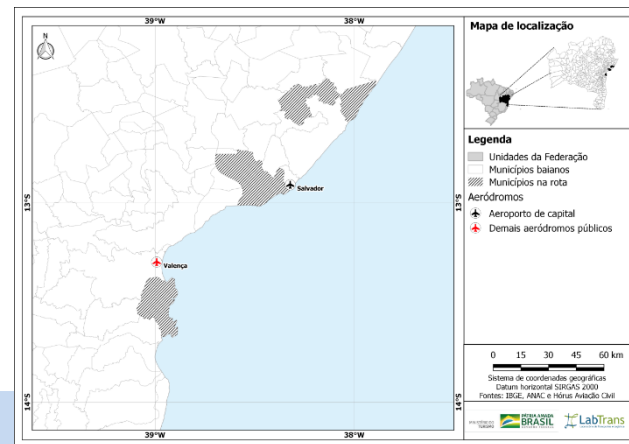
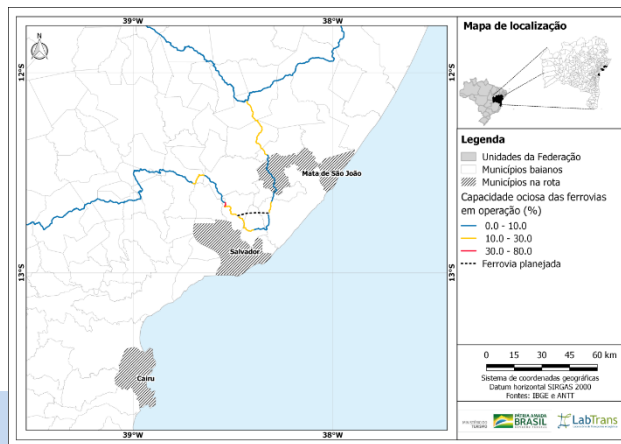
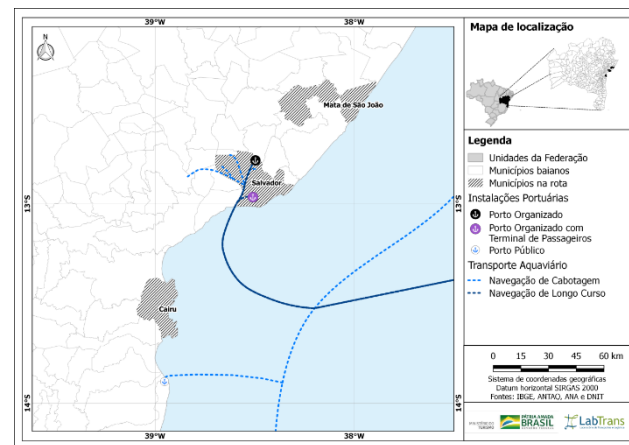
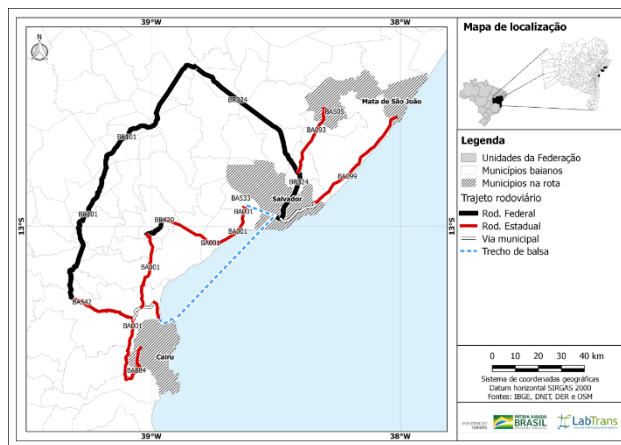
- 9 Municípios
- 5 Regiões turísticas
- 1.253,2 km de extensão
- Trechos Ferroviários
- 5 Aeroportos



Caracterização das Informações Existentes das seis Rotas

✓ Rota 5 – Salvador e Morro de São Paulo

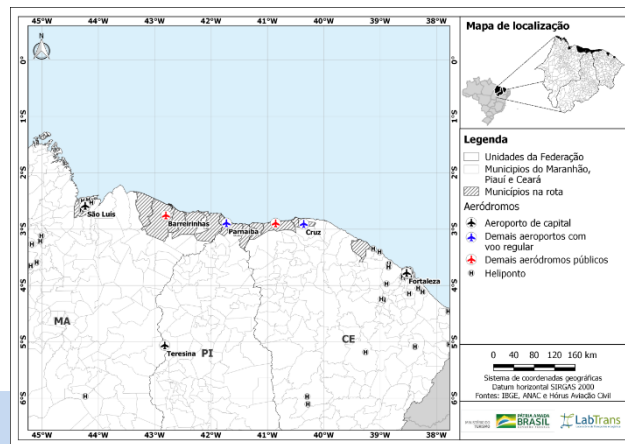
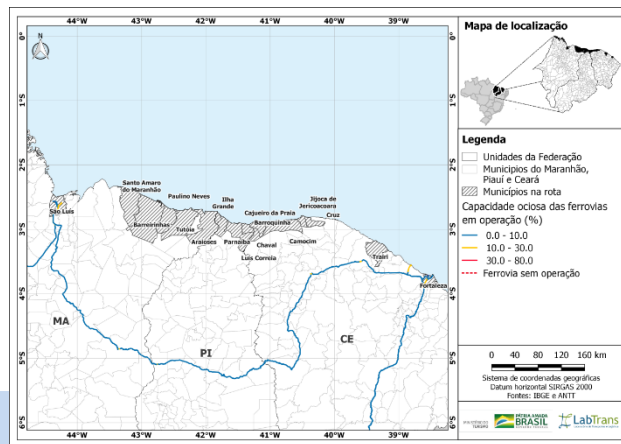
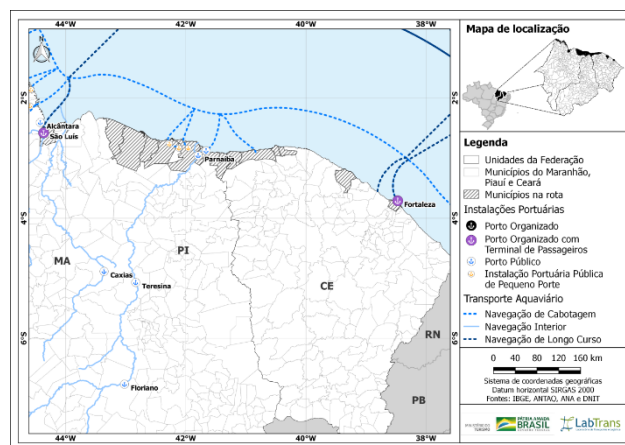
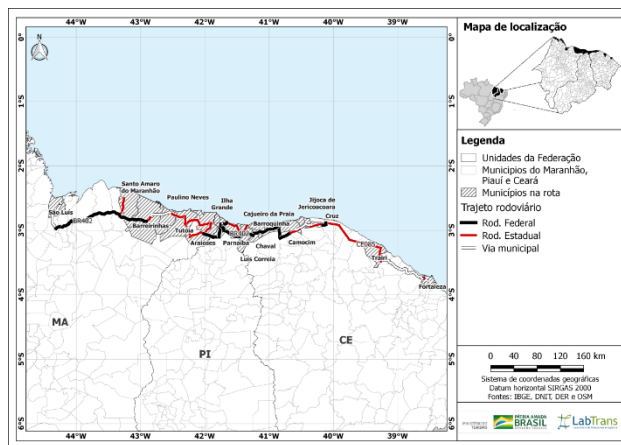
- 3 Municípios
- 3 Regiões turísticas
- 415,0 km de extensão
- Trechos Ferroviários
- 1 Porto Organizado
- 1 Porto Organizado com Terminal de Passageiros
- 1 Porto Público
- 2 Aeroportos



Caracterização das Informações Existentes das seis Rotas

✓ Rota 6 – Rota das Emoções

- 17 Municípios
- 7 Regiões turísticas
- 609,7 km de extensão
- Trechos Ferroviários
- 2 Portos Organizados com Terminal de Passageiros
- 3 Portos Públicos
- TUPs e Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte
- 7 Aeroportos



MUITO OBRIGADA!

Mariana Figueiredo Penaforte Cruz, Eng^a Civil
marianafigueiredo.labtrans@gmail.com

**ESTUDOS E PESQUISAS
RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO
DO TRANSPORTE TURÍSTICO NO
BRASIL**

MINISTÉRIO DO
TURISMO



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**